

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE:
UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO PERFIL REPRODUTIVO DAS
MULHERES NORTISTAS**

DÉBORA RAMOS SANTIAGO

MANAUS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DÉBORA RAMOS SANTIAGO

**FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE:
UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO PERFIL REPRODUTIVO DAS
MULHERES NORTISTAS**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

MANAUS
2010

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Santiago, Débora Ramos

S235f Fecundidade na Região Norte: uma análise socioeconômica e espacial do perfil reprodutivo das mulheres nortistas / Débora Ramos Santiago. - Manaus: UFAM, 2010
104 f. : il. color; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) —
Universidade Federal do Amazonas, 2010
Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

1. Fecundidade humana 2. Previsão demográfica 3.
Planejamento familiar 4. Planejamento social I. Teixeira, Pery
(Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(1997): 314.332(811)(043.3)

DÉBORA RAMOS SANTIAGO

**FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE:
UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO PERFIL REPRODUTIVO DAS
MULHERES NORTISTAS**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 20 de dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pery Teixeira (Orientador)
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^ª Dr^ª Yoshico Sasaki
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Manaus

2010

Aos Meus amados pais Sônia Maria Ramos Santiago e Emanuel Nunes Santiago

“É o Senhor quem dá sabedoria, a sabedoria e o entendimento vêm dele... Feliz é aquele que acha a sabedoria e que consegue compreender as coisas, pois é melhor do que prata e ouro. A sabedoria é mais preciosa do que jóias, tudo o que a gente deseja não se pode comparar com ela.”

Prov.2:6 e 3:13-15

AGRADECIMENTOS

“Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele e o mais Ele fará”

(Salmos 37:3)

Agradeço primeiramente a Deus pelo cuidado, amor e sabedoria que ele me proporcionou em todos os momentos. Aos meus pais Sônia Santiago e Emanuel Santiago e irmãos Susy e Emanuel Jr, que me apoiaram em toda essa jornada, dando todo o carinho, compreensão e me ensinando os verdadeiros valores da vida.

Ao meu querido orientador Pery Teixeira que me forneceu todos os caminhos para a realização desse sonho, me apresentando o estudo da demografia, um tema que eu pouco conhecia, mas que com seus ensinamentos passou a me fascinar. Obrigada pela sua dedicação, paciência e apoio.

A todos os meus amigos do Mestrado ou não que tanto me apoiaram a continuar. Em especial a Tayana, minha companheira de estudos, que sempre esteve presente em todas as fases dessa conquista, dando-me forças tanto nos bons quanto nos maus momentos e a Elizângela que me auxiliou na revisão do trabalho e tanto me apoiou nas horas mais decisivas da conclusão do curso. Ao querido Thiago Porfírio que me auxiliou na elaboração do abstract do trabalho. Aos meus estimados amigos Ralyne, Adlaine, Renato, Rosiel, Salomão, Naysa e João que me dedicaram sua amizade e tanto me ajudaram ao longo de toda a minha jornada no Mestrado.

A todos os professores do PRODERE, em especial agradeço à Marília Brasil, Antonieta Vieira, Lenice Sá, Mauro Thury e Sylvio Puga que contribuíram de forma decisiva

para a minha formação. Por fim agradeço à FAPEAM que me forneceu o auxílio financeiro ao longo de todo o curso. Muito Obrigada!

RESUMO

A fecundidade é considerada um importante determinante da dinâmica populacional. Seus níveis e tendências têm significativa influência no crescimento da população e na distribuição etária, constituindo importante subsídio para análises sobre o comportamento reprodutivo de uma população. O objetivo desse estudo é contribuir para a compreensão do comportamento reprodutivo das mulheres Nortistas, considerando os seus determinantes socioeconômicos, diferenciais espaciais e intenções reprodutivas. Para a realização dessa pesquisa utilizou-se como base principal de informações as referentes ao Censo Demográfico, à PNAD e à PNDS considerando as últimas décadas do século XX. Assim verificou-se que a fecundidade na Região Norte, semelhantemente ao que tem ocorrido em todo o país, vem apresentando tendência declinante com níveis muito próximos aos da taxa de reposição populacional. Porém esse declínio não se manifesta uniformemente entre os diferentes espaços e categorias socioeconômicas, sendo a fecundidade elevada nas áreas mais pobres e com as piores condições socioeconômicas da região, por exemplo, nos estados do Acre e do Amazonas. Observou-se que as variáveis *anos de estudo, renda e trabalho feminino* possuem relação inversa com o nível de fecundidade, pois quanto maiores elas forem menos filhos as mulheres nortistas tenderão a ter. Quanto às variáveis *cor, situação conjugal e condição de domicílio*, verificou-se que as mulheres pretas, que vivem em união consensual e aquelas que moram nas áreas rurais foram as que despontaram com os maiores níveis de fecundidade da região. Por fim constataram-se modificações nas intenções reprodutivas das mulheres nortistas nas últimas décadas, que passaram a optar por famílias menores como padrão ideal, desejando cada vez mais ter um reduzido número de filhos. A perspectiva para os próximos anos é que a fecundidade continue em declínio em toda a região e estratos sociais. A compreensão desse fenômeno demográfico constitui-se numa importante ferramenta para a elaboração de políticas públicas que possam atender às demandas sociais de forma eficaz, permitindo uma melhor qualidade de vida para a população como um todo.

Palavras-chave: Fecundidade, dinâmica populacional, intenções reprodutivas, planejamento social.

BSTRACT

Fertility is considered an important determinant of population dynamics. Your levels and trends have a significant influence on population growth and age distribution, constituting an important tool for analysis on the reproductive behavior of a population. The aim of this study is to contribute to the understanding of reproductive behavior of women Northerners, considering their socioeconomic factors, spacial differences and reproductive intentions. For this research was used as the primary basis the information of Census, PNAD and the PNDS considering the last decades of the twentieth century. Thus it was found that fertility in the North, similarly to what has happening throughout the country, has shown a declining trend with a levels that are very close to the rate of population replacement. But this decline is not manifested uniformly among different areas and socioeconomic categories, in poor areas and with the worst socioeconomic conditions in the region the fertility rates are higher, for example in the states of Acre and of Amazonas. It was observed that the variables *years of education, income and female work* are inversely related to the level of fertility, because the higher they are, fewer children northern women tend to have. Regarding the variables *color, marital status and condition of the home*, it was verified that black women living in consensual unions and those who live in rural areas were those that emerged with the highest fertility levels. Finally it was founded changes in reproductive intentions of women northerners in the last decades, which began to opt for smaller families as the ideal standard, wishing to have small number of children. The perspective for the coming years is that fertility continues to decline across the region and social strata. Understanding this demographic phenomenon constitutes an important tool for developing public policies complying with social demands effectively, allowing a better quality of life for the population as a whole.

Keywords: Fertility, population dynamics, reproductive intentions, social planning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CELADE – Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNDS – Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde

PNSMIPF – Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar

REDATAM – Recuperação de Dados para Áreas Pequenas por Microcomputador

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

TFT – Taxa de Fecundidade Total

TEF – Taxa Específica de Fecundidade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Fecundidade Total. Situação urbana e rural segundo as grandes regiões, 1970-2000.....	56
Tabela 2 - Taxa de Fecundidade Total. Situação urbana e rural segundo UFs da Região Norte, 1970-2000.....	59
Tabela 3 - Diferença entre o número de filhos tidos por mulheres residentes na área rural e urbana, segundo Unidades de Federação da região Norte, 1970-2006.....	60
Tabela 4 - Brasil e Grandes Regiões: Taxa de Fecundidade Total das mulheres por cor/raça, 2000.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Brasil e regiões. Taxa de Fecundidade Total, 1940 a 2008.....	29
Gráfico 2 - Percentual de mulheres que não desejam ter mais filhos segundo o número de filhos vivos (1986-2006).....	33
Gráfico 3 – Percetual de mulheres que desejam ter mais filhos nos próximos dois anos (1986-2006) segundo o número médio de nascidos vivos das mulheres	34
Gráfico 4- Percentual de mulheres ajustadas ao número de filhos que elas consideram com sendo ideal segundo o número de filhos tidos por elas (1986-2006).....	36
Gráfico 5 - Brasil e Região Norte. Taxa de Fecundidade Total, 1940 a 2008.	39
Gráfico 6- Taxas Específicas de fecundidade. Região Norte – 1980 A 2008.	41
Gráfico 7-Taxas de Fecundidade Total segundo Unidades de Federação do Brasil – 1970....	43
Gráfico 8 - Taxas de Fecundidade Total segundo Unidades de Federação do Brasil – 2000..	44
Gráfico 9 - Taxa de Fecundidade Total segundo UFs da região Norte – 1970 a 2008.....	46
Gráfico 10 - Região Norte. As 10 maiores e as 10 menores taxas de fecundidade segundo microrregião, 1991.....	47
Gráfico 11- Região Norte. As 10 maiores e as 10 menores taxas de fecundidade por microrregião, 2000.....	50
Gráfico 12 - Brasil e Grandes regiões. Taxa de fecundidade Total por situação de domicílio, 2008.....	58
Gráfico 13 - TFT por anos de estudos. Brasil, 1991-2000.....	63
Gráfico 14 – TFT por anos de estudos. Norte, 1991-2000.....	64
Gráfico 15 – TEF das mulheres com 1 a 3 anos de estudo e com 11 e mais anos de estudo, Norte, 1991.....	65
Gráfico 16 - TEFs das mulheres com 1 a 3 anos de estudo e com 11 e mais anos de estudo, Norte, 2000.....	65
Gráfico 17 – TFT das mulheres que trabalham e das desempregadas. Brasil e Norte, 2000...	68
Gráfico 18 – TEFs das mulheres que trabalham e das desempregadas. Norte, 2000.....	70
Gráfico 19 – TFT segundo cor/raça das mulheres. Norte. 1991 e 2000.	72
Gráfico 20 – TFT segundo rendimento das mulheres. Brasil e Região Norte, 2000.....	73
Gráfico 21 – TFT das mulheres unidas e não unidas. Brasil. 2000.....	75

Gráfico 22 – TFT das mulheres segundo os tipos de união. Brasil. 1991-2000.....	76
Gráfico 23 – TFT das mulheres segundo os tipos de união. Região Norte. 1991-2000.	77
Gráfico 24 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres casadas e em união consensual. Região Norte. 2000.	78
Gráfico 25- Percentual de mulheres que não desejam ter mais filhos segundo o número de filhos vivos	79
Gráfico 26 - TFT desejada e TFT observada. Norte, 1996-2006.	80
Gráfico 27 - TFT desejada e TFT observada. Regiões do Brasil, 2006.....	81
Gráfico 28 - Número médio ideal de filhos para todas as mulheres por idade. Norte, 1996- 2006.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – TFT municípios da Região Norte, 1991.....	53
Figura 2 - TFT dos municípios da Região Norte. 2000.	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivo Geral	19
1.2 Objetivos Específicos	20
2. METODOLOGIA	20
3. DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DA FECUNDIDADE NO BRASIL E INTENÇÕES REPRODUTIVAS	22
4. EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL A PARTIR DE 1940	27
5. INTENÇÕES REPRODUTIVAS DAS MULHERES BRASILEIRAS	32
6. A FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE	38
6.1 Níveis e Tendências	38
6.2 Distribuição espacial da fecundidade	42
6.3 Diferenciais sócioeconômicos da fecundidade	55
6.3.1 Condição de domicílio	56
6.3.2 Escolaridade das mães	62
6.3.3 Emprego Feminino	67
6.3.4 Raça/cor	70
6.3.5 Renda	73
6.3.6 Situação Conjugal	74
7. INTENÇÕES REPRODUTIVAS DAS MULHERES NORTISTAS	78
7.1 Desejo por mais filhos	79
7.2 Número de filhos ideal e observado	80
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
9. REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	92

1. INTRODUÇÃO

A fecundidade, assim como a mortalidade e a migração, constitui uma das variáveis que determinam o processo da dinâmica demográfica. Seus níveis e tendências influenciam fortemente o crescimento populacional e a estrutura etária, além de constituírem importante subsídio para análises sobre o comportamento reprodutivo de uma população. Seu estudo possibilita a elaboração de políticas públicas que visem a atender às demandas sociais relacionadas à saúde materno-infantil, à construção de escolas, de creches e aos outros serviços e programas governamentais.

Os níveis de fecundidade no Brasil até a década de 60 eram bastante elevados. Isso ocorria mesmo com o processo de urbanização e industrialização em que o país vivia desde 1930. Esse fato, somado com a redução da mortalidade observada já a partir dos anos quarenta, resultou em um forte crescimento populacional, mantendo-se ainda nos anos setenta, quando as taxas de fecundidade de algumas regiões brasileiras começaram a apresentar tendência declinante. A partir daí, até os dias atuais, as taxas nacionais de crescimento demográfico vêm-se reduzindo constantemente.

Esse declínio dos níveis de fecundidade manifestou-se rapidamente em todas as regiões geográficas e camadas sociais do país, mesmo sem que houvesse sido implementada nenhuma política explícita de população em nível nacional, como ocorreu em vários países como China, Japão, República Dominicana, Índia, dentre outros.

Nos últimos anos tal redução tem ocorrido de forma mais lenta, principalmente nas regiões Sul e Sudeste e nas áreas urbanas dos pais, mas mantém-se relativamente elevada nas áreas rurais, em parcelas das áreas urbanas e na maioria das terras indígenas da Região Norte.

Segundo Carvalho e Wong (1990), até os anos 60 a queda da fecundidade correspondia apenas aos grupos mais favorecidos da população, principalmente da área urbana, enquanto que o resto da população apresentava níveis mais elevados. Nos períodos seguintes, a diminuição é observada para todos os grupos, embora os diferenciais persistam entre eles.

Na Região Norte, o declínio da fecundidade começou a manifestar-se após o que já se havia observado para as demais regiões brasileiras. Até o fim dos anos 70, enquanto as outras regiões já apresentavam declínios nos níveis de fecundidade, os do Norte ainda permaneciam elevados. A partir de então a queda também passou a dar-se nessa última região, acelerando-se nos anos 80 e 90. Atualmente o declínio persiste, mas em ritmo mais lento.

De acordo com Nascimento e Wong (1996), associa-se geralmente o declínio da fecundidade no Brasil a uma série de mudanças de natureza econômica, social, cultural, política e institucional, que se traduz no aumento do grau de urbanização, acompanhada por modificações nas relações de trabalho e de produção, pela modernização da sociedade, pelos novos padrões de reprodução, etc.

A fecundidade costuma ser uma importante variável no sentido de revelar as desigualdades sociais, pois costuma reforçar o paradoxo da realidade, uma vez que nascem mais entre os que têm menos; menos educação, menos poder aquisitivo, menos poder político, etc (FRANÇA, 2000).

Desde o final do Século XX o Brasil apresenta níveis de fecundidade abaixo do nível de reposição (número médio de filhos por mulher igual a 2,1). Esse fato, que tem gerado modificações importantes no padrão demográfico do país, resulta em uma proporção cada vez menor de crianças e adolescentes e, em contrapartida, em um aumento da população em idade ativa e de pessoas idosas, o que modifica também as demandas sociais nas áreas de educação, trabalho, saúde e previdência social.

Outro aspecto que merece destaque no sentido de compreender essa tendência de declínio da fecundidade no país está relacionado às intenções reprodutivas das mulheres brasileiras, que diz respeito ao desejo de ter mais ou menos filhos e o número de filhos considerado ideal. Nas últimas décadas essas mulheres, cada vez em maiores proporções, vem apresentando um desejo de ter menos filhos. Essa tendência vem se uniformizando em todas as regiões brasileiras, estratos sociais e categorias socioeconômicas.

Os dados da Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF) de 1986 e os da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) de 1996 e 2006 revelam que o maior percentual de mulheres que não desejavam ter mais filhos entre as décadas de 1980 e 2000 concentrava-se nas regiões mais desenvolvidas, nas áreas urbanas e entre as mulheres mais escolarizadas. Através das informações obtidas nesses levantamentos pode-se compreender esse novo comportamento reprodutivo no país e assim estimar as novas demandas sociais.

Em nosso país existem muitos estudos referentes à fecundidade, principalmente para as regiões Sul e Sudeste, onde são mais numerosos, porém, para a região Norte, este número é relativamente reduzido. Estudos como os de Donald Sawyer, Taís Santos, Marília Brasil e Hélio Moura, Laura Wong, entre outros, analisam os níveis e tendências da fecundidade na Região Norte, os seus diferenciais entre as unidades da federação e o seu efeito nas modificações na estrutura etária nortista.

Entretanto, poucos são os estudos que de fato analisam a fecundidade nortista de maneira mais específica considerando, por exemplo, desagregações geográficas como microrregião e municípios ou categorias socioeconômicas. Tais estudos são ainda mais escassos quando se trata de informações levantadas ou elaboradas a partir de 2000, como os dados do Censo Demográfico daquele ano, os da PNDS de 2006, os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2008 e os do Atlas de Desenvolvimento Humano do

Brasil. Apenas o estudo de Pereira (2008) realizou uma análise mais detalhada da fecundidade na Região Norte segundo os seus diferentes espaços e algumas categorias socioeconômicas. Essas constatações representam uma grande lacuna vis-à-vis a compreensão das desigualdades presentes no interior da Região, tanto no que diz respeito aos níveis e tendências da fecundidade, quanto na sua determinação social.

Diante do que foi exposto, pretende-se, com este trabalho, contribuir para a ampliação de pesquisas, estudos e debates sobre o comportamento reprodutivo que sirvam de subsídios para que se proponham políticas públicas para os municípios e estados da Região Norte, voltadas a atender de forma eficaz às demandas sociais existentes entre a população Amazônica.

1.1 Objetivo Geral

O estudo buscou contribuir para a compreensão da evolução dos níveis e tendências da fecundidade da Região Norte nas últimas décadas do século XX, através da análise dos seus principais determinantes, do seu comportamento entre os diferentes espaços da região e das intenções reprodutivas das mulheres nortistas.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Verificou-se a importância do estudo da fecundidade para a compreensão da dinâmica populacional da região Norte.
- b) Analisou-se a evolução da fecundidade do Norte, considerando seus principais determinantes e seus diferenciais espaciais e socioeconômicos.
- c) Foram consideradas as intenções reprodutivas das mulheres nortistas para o entendimento dos níveis e tendências da fecundidade na região.

2. METODOLOGIA

O estudo teve como base principal de informações às referentes ao Censo Demográfico de 1991 e 2000, à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2008 e os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Estudou-se a fecundidade, inicialmente, através de uma análise comparativa entre as macrorregiões brasileiras, com foco na Região Norte. Nesse contexto, o fenômeno foi analisado segundo seus níveis, tendências históricas e diferenciais socioeconômicos, além das intenções reprodutivas das mulheres.

Posteriormente, realizou-se uma análise das determinações socioeconômicas da fecundidade, onde se buscou avançar, regionalmente, nesse aspecto da abordagem da reprodução. Foi realizada uma análise da fecundidade na Região Norte, através do cálculo de seus diferentes níveis por categoria socioeconômica. Assim, para as mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos), as taxas de fecundidade foram estimadas, para os anos de 1991 e 2000, segundo o quadro de residência rural-urbano, as várias faixas de renda, os níveis de instrução, a participação no mercado de trabalho, a cor/raça e a situação conjugal. Dessa forma, pode-se observar como as diferenciações sociais afetam a fecundidade e como elas variam no tempo e entre as regiões.

Por fim, foram abordados aspectos relacionados às intenções reprodutivas das mulheres nortistas de 15 a 49 anos, enfatizando o desejo dessas mulheres em ter mais filhos, e o número de filhos que elas querem ter para a vida toda, buscando verificar as modificações ocorridas nas últimas décadas.

Como indicador central para análise da fecundidade foi utilizada a Taxa de Fecundidade Total (TFT), que se define como o número de filhos nascidos vivos que uma mulher teria no fim de seu período reprodutivo (considerado como sendo as idades que variam entre 15 a 49 anos), na suposição de que o padrão atual da fecundidade por idade seja o mesmo durante toda a vida reprodutiva. A TFT é calculada multiplicando-se por cinco a soma das taxas específicas por idade (TEFi), dadas pelo quociente do número de filhos nascidos vivos das mulheres em cada faixa etária reprodutiva pelo total de mulheres nessas faixas etárias, conforme se segue:

$$TEF(i) = NV(i)/M(i), \quad (i=1, \dots, 7)$$

$$TFT = 5 \times \sum TEF(i),$$

Onde:

NV (i) é número de filhos nascidos vivos de mulheres da faixa etária i e M(i) o número de mulheres da faixa etária i .

Os dados do Censo Demográfico de 1991 a 2000 foram processados pelo programa computacional livre *Recuperação de Dados para Áreas Pequenas por Microcomputador - REDATAM*, produzido pelo Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE), órgão da Comissão

3. DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DA FECUNDIDADE NO BRASIL E INTENÇÕES REPRODUTIVAS

Conforme foi abordado anteriormente, a fecundidade no Brasil tem apresentado tendência de declínio, porém manifesta-se de forma diferenciada por regiões e segundo especificidades socioeconômicas.

Segundo Carvalho e Wong (1990) até os anos 60 a queda da fecundidade correspondia apenas aos grupos mais favorecidos da população, enquanto que o resto da população apresentava níveis elevados. Nas décadas seguintes a diminuição foi observada em todos os grupos, embora os diferenciais persistam entre eles nos tempos atuais.

Nesse sentido, a análise da fecundidade por grupos da população segundo o estrato social se faz necessária para avaliar os fatores que atuam em seu nível, em sua estrutura, bem como na composição da população. (GODINHO E YAZAKI, 1992).

O estudo dos determinantes da fecundidade permite interpretar com maior detalhamento as causas e as conseqüências da dinâmica populacional, possibilitando a elaboração das estimativas de contingentes populacionais para o presente e de projeções para o futuro.

A relação entre os níveis de fecundidade e os fatores socioeconômicos variam no tempo e no espaço. Por exemplo, o grau de escolaridade da mulher afeta de maneira diferenciada a fecundidade conforme consideremos o ano de 1991 ou o de 2000. O mesmo ocorre se levarmos em conta os estados de São Paulo ou o do Amazonas num mesmo ano.

Vários fatores socioeconômicos podem determinar os níveis de fecundidade de uma população. Neste trabalho utilizaram-se alguns daqueles tidos como clássicos na área dos diferenciais demográficos, como, por exemplo, a condição de domicílio, a escolaridade, a

participação da mulher no mercado de trabalho, o rendimento, a cor ou raça e o estado conjugal.

A análise da fecundidade segundo a condição de domicílio revela os diferenciais existentes no interior da Região Norte, o qual segue o mesmo padrão apresentado em todo país, onde as áreas urbanas principiaram o declínio da fecundidade (BRASIL, MOURA, 2001). Segundo Easterlin (1975) a redução da fecundidade estaria associada a um processo contínuo de modernização econômica e social que vai refletir na limitação do tamanho familiar dentro do casamento e mudança do regime de fecundidade natural para um controle por parte dos casais. Assim, as áreas urbanas costumam ser aquelas em que predominam os primeiros declínios dos níveis da fecundidade, o que revela o prevalecente diferencial entre as situações de domicílio.

A instrução feminina tem sido uma das principais variáveis socioeconômicas na determinação da fecundidade, pois à medida que as mulheres elevam seu nível de escolaridade a taxa de fecundidade diminui. Berquó et al, (1985) enfatizam que a escolaridade influencia de maneira indireta no adiamento dos matrimônios, além disso proporciona maior acesso ao mercado de trabalho e provoca uma racionalidade reprodutiva determinada pelo desejo de criar e educar os seus filhos e maior capacidade para obter informação sobre métodos anticoncepcionais eficazes.

A inserção da mulher no mercado de trabalho também tem sido uma importante variável na determinação da fecundidade, pois quanto maior proporção de mulheres inseridas na força de trabalho menor será a fecundidade.

A entrada da mulher no mercado de trabalho possibilita um controle maior sobre o número de filhos, uma vez que o trabalho passa a ser uma importante barreira à maternidade,

pois exige uma maior dedicação na produção de bens e capital não deixando tempo disponível para a os cuidados com o filho (NOTESTEIN, 1953).

Além disso, Leão (2006) destaca que as mulheres passam a executar uma dupla jornada de trabalho, pois além do trabalho fora do lar, há ainda as tarefas domiciliares, o que leva a redução no número de filhos, uma vez que a renda obtida pelo seu trabalho pode facilitar o acesso aos meios de controle da fecundidade.

Nesse contexto, a renda também constitui um fator importante na determinação da fecundidade, tendo relação inversa com os seus níveis, de forma semelhante ao que ocorre com a escolaridade e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo Berquó e Cavenaghi (2004), as mulheres brasileiras sem rendimento apresentavam as maiores taxas de fecundidade tanto em 1991 quanto em 2000. Esse fenômeno diferencia-se entre as regiões do país, de modo que as mulheres com menor rendimento pertencentes às regiões mais desenvolvidas têm fecundidade menor que as sem rendimento das regiões menos desenvolvidas, devido ao maior acesso aos mecanismos que regulam o controle da prole nessas regiões mais ricas. Conforme os dados do IBGE (2000) as maiores TFT entre as mulheres das classes sem rendimento eram evidenciadas para o Norte do país (5,3 filhos por mulher), enquanto que nas demais regiões brasileiras as taxas eram relativamente inferiores, sendo de 4,1 no Centro-Oeste, 4,2 no Sul, 4,3 no Sudeste e 4,4 no Nordeste.

Quanto à variável cor/raça, os estudos de Bercovich (1989) enfatizam diferenças significativas dos níveis de fecundidade entre as categorias de cor da pele, enfatizando a superioridade da fecundidade das mulheres brancas em relação às mulheres pretas até 1980 e a modificação dessa situação nas décadas seguintes. As mulheres brancas, independentemente das regiões do país, têm sempre menos filhos que as mulheres das demais categorias de cor.

A situação conjugal também guarda significativa relação com a fecundidade, uma vez que as mulheres em união costumam ter mais filhos que as não unidas. Entre as mulheres

unidas as que são casadas apresentam fecundidade inferiores as daquelas em união consensual. Segundo Alves (1994), talvez esta situação decorra do fato de que as mulheres em união consensual muitas vezes já tiveram outras uniões amorosas, tendo, portanto um maior número de filhos. É válido destacar que as mulheres mais pobres tradicionalmente são as que mais se encontram nesse tipo de união. Berquó (1998) enfatiza que esse fenômeno foi mais intenso entre as décadas de 1950 e 1960. Entretanto, nas últimas décadas a união consensual também tem alcançado as classes médias como primeira opção de vida conjugal, sendo uma espécie de "casamento experimental" podendo se tornar definitivo o que significa uma ruptura com os valores e normas tradicionais.

A união consensual ocorre quando uma pessoa vive em companhia do cônjuge, sem ter contraído casamento civil ou religioso. Embora os casais que se envolvam em união consensual sejam pessoas de todas as idades (10 anos ou mais), são os mais jovens os mais encontrados nesse tipo de união e é entre eles que se encontra a maior incidência de fecundidade (Lazo e Moraes, 2004).

Berquó (1998) enfatiza que a inconstância que caracteriza a juventude, que relaciona-se à percepção da instabilidade da união vínculo conjugal, tende a levar os jovens a buscar formas de união mais condizentes com seus estilos de vida.

Por fim, também se podem observar diferenciais significativos dos níveis de fecundidade segundo o quadro domiciliar em que vive a mulher. Tradicionalmente a fecundidade em áreas urbanas é inferior à verificada nas áreas rurais, o que pode estar associado a uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e institucionais que costumam manifestar-se inicialmente nas cidades, como o aumento no grau de urbanização, modificações nas relações de trabalho e de produção, modernização da sociedade, entre outras.

Em 2006, estimava-se no Brasil uma taxa de fecundidade de 1,8 filhos por mulher nas áreas urbanas e de 2,8 nas rurais (IBGE, 2000).

Esses contrastes são comuns nas diversas regiões do país, onde a fecundidade revela-se maior nas áreas mais pobres e desfavorecidas social e economicamente. Por esse motivo, os diferenciais espaciais tem ganhado importância tanto na área de demografia e ciências sociais quanto nas de saúde e planejamento devido à necessidade de se detectarem, conhecerem e proporem medidas para minimizar as grandes desigualdades socioeconômicas existentes entre as regiões brasileiras.

Uma outra maneira de se compreender o comportamento dos níveis e tendências da fecundidade está associada às intenções reprodutivas das mulheres. O termo *intenções reprodutivas* diz respeito às variáveis intermediárias da fecundidade. Bongaarts (1980) introduziu esse tema referindo-se a *fecundidade desejada* e *indesejada*, definindo a fecundidade desejada como sendo um bom indicador para a estimação da fecundidade futura e a fecundidade indesejada como uma maneira de avaliar se há ou não necessidade de melhorar o acesso aos métodos contraceptivos.

Entretanto, devido à carga negativa dos termos *fecundidade desejada* ou *fecundidade indesejada* que implica na necessidade de se admitir como sendo indesejados os filhos já concebidos ou mesmo os já nascidos, optou-se pelo uso do termo “intenções reprodutivas” (SILVA, 1992).

Nesse sentido, o respectivo tema tem sido motivo de muitas controvérsias entre diversos demógrafos, principalmente no que diz respeito à confiabilidade das respostas das entrevistas, pois embora a grande maioria das informações sobre preferência reprodutiva sejam proveitosas, há, porém, uma exceção referente ao caráter de desejado do último filho, que costuma apresentar viés devido à relutância de uma mulher em classificar seu filho como não desejado (BONGAATRS, 1990).

As intenções reprodutivas são analisadas, levando-se em conta as respostas das mulheres de 15 a 49 anos de idade às questões: desejo de ter mais filhos, quanto tempo deseja esperar para ter outro filho e o número de filhos considerado ideal. Também são abordadas as questões relativas ao efeito da taxa de fecundidade desejada em relação à observada.

Oferecer aos casais a possibilidade de decidir quanto ao número de filhos que pretendem ter e o espaçamento entre eles é um dos principais objetivos do planejamento familiar¹, pois permite a estimativa da demanda futura por serviços de planejamento das famílias, fornecendo assim informações de grande importância para que sejam estabelecidos programas sociais, sendo também úteis para se fazer projeções de crescimento populacional.

4. EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL A PARTIR DE 1940

A população do Brasil até a década de 60 vinha apresentando um rápido crescimento, que decorreu principalmente da redução da mortalidade observada já a partir dos anos quarenta. Entre 1950 e 1970 a população brasileira cresceu a taxas próximas a 3% ao ano. A partir dos anos 60 inicia-se o declínio da fecundidade em algumas regiões do país, acentuando-se na década de 70 quando são verificadas reduções da fecundidade em todas as regiões e nas diversas camadas sociais, propiciando o início da redução das taxas de crescimento populacional.

A queda inicial da fecundidade coincide com o período de intensificação das transformações sociais e econômicas decorrentes do processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira, sendo as principais características desse processo o aumento da *renda per capita*, o crescimento da população urbana, a redução da força de

¹ O planejamento familiar pode ser definido como conjunto de ações que têm como finalidade contribuir para a saúde da mulher e da criança e que permitem às mulheres e aos homens escolher quando querem ter um filho, o número de filhos que querem ter e o espaçamento entre o nascimento dos filhos, o tipo de educação, conforto, qualidade de vida, condições sociais, culturais e seus níveis, conforme seus princípios de necessidade.

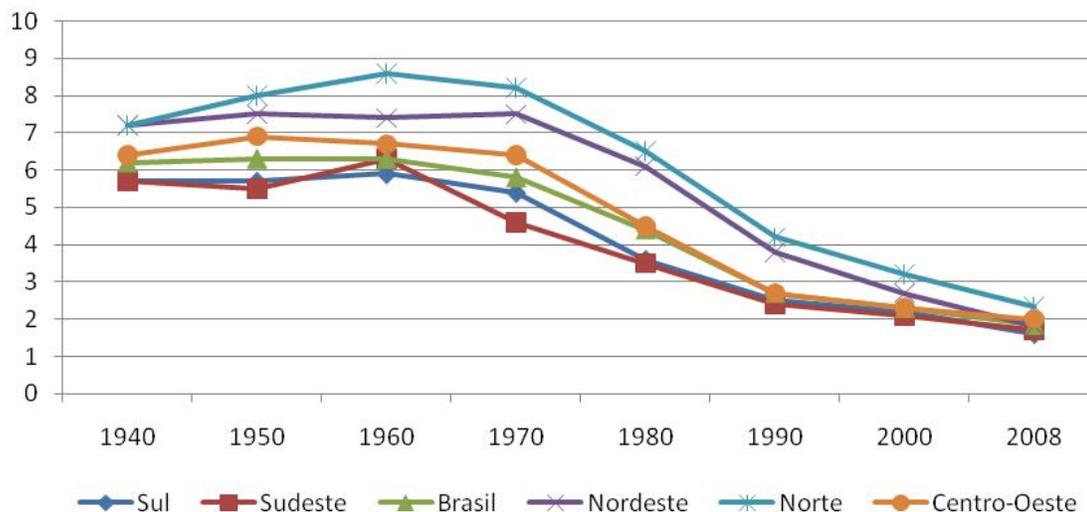
trabalho agrícola, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o aumento da participação do setor industrial e de serviços na geração de renda interna. (MARTINE E CAMARGO, 1984). Talvez por esses motivos ela tenha-se manifestado primeiramente nas regiões mais desenvolvidas, já que nessas áreas o comportamento reprodutivo é influenciado pela modernização corrente no país.

O declínio da fecundidade foi observado em todos os grupos sociais, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, apesar da ausência de políticas governamentais que facilitam o planejamento familiar. Desse modo, a redução da fecundidade ocorreu à margem de toda discussão levantada e debatida pela elite intelectual e política brasileira durante todo o século XX. A população passou por uma transformação nas taxas de fecundidade nunca antes observada e sem nenhum incentivo estatal para isso (FONSECA SOBRINHO, 1991).

No entanto, a velocidade e o tempo dessa redução diferem segundo os grupos populacionais, havendo grandes variações nas regiões brasileiras e nas classes sociais. Dessa forma, as quedas verificadas ocorreram primeiramente nas regiões mais desenvolvidas, nas áreas urbanas e em parcelas mais abastadas da população.

Conforme demonstra o Gráfico 1, o declínio da fecundidade ocorreu inicialmente na região Sudeste e, em menor escala, na Região Sul, a partir de meados da década de 60, apresentando taxas inferiores à média nacional, enquanto nas regiões Norte e Nordeste esse fenômeno só foi verificado a partir do fim da década de 70.

Gráfico 1- Brasil e regiões. Taxa de Fecundidade Total, 1940 a 2008.



Fonte: Estimativas de Simões (2006) para o período de 1940 a 2000. As de 2008 foram elaboradas pela autora com base nos dados da PNAD 2008.

Dos anos 80 em diante o processo de redução da fecundidade alcançou todas as regiões do país e os diferentes grupos sociais de forma surpreendentemente rápida, principalmente se levarmos em conta os padrões de decréscimos que ocorreram na maioria dos países economicamente desenvolvidos. De fato, nos países europeus e nos Estados Unidos esse processo ocorreu de forma gradual e lenta, tendo levado de 100 a 200 anos para ser concluído (Médice e Beltrão, 1996). O Brasil precisou apenas de quatro décadas para chegar ao nível de fecundidade que a Europa demorou de um a dois séculos para atingir (Becker e Egler, 1992).

No período de 1970 a 1980 as mulheres brasileiras experimentaram uma redução de 24% no número de filhos. Esse declínio foi mais acentuado na Região Centro-Oeste (30%), enquanto nas regiões Norte e Nordeste as reduções foram de 20% e 19% respectivamente.

Entre 1980 a 2000 as regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores declínios nos níveis de fecundidade, tendo reduzido em média três filhos por mulher, enquanto nas Regiões

Sul e Sudeste a diminuição foi de apenas um filho por mulher e no Centro Oeste foi de 2 filhos. As reduções no Norte e no Nordeste tenderiam a ser cada vez menores à medida que as taxas mais elevadas fossem atingindo níveis próximos aos de reposição.

O rápido declínio da fecundidade até inícios da década de 90 surpreendeu vários estudiosos e seu efeito na estrutura etária e na dinâmica populacional iria ensejar a necessidade de remodelar planos e projetos de desenvolvimento do país. Para Martine (1994) o fenômeno poderia ser considerado como a maior mudança estrutural ocorrida no século XX, devendo ser apreciado cuidadosamente pelos executores de políticas públicas do Brasil.

Em 2000, a fecundidade no país começava a se aproximar dos níveis de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher², e as regiões Norte e Nordeste, que tradicionalmente apresentavam altos níveis de fecundidade, passam a ostentar níveis próximos aos do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As mulheres nortistas, que em 1970 tinham em média 4 filhos a mais que as do Sudeste, região que despontava com as mais baixas TFTs, passam a ter apenas 1 filho a mais em 2000. Já as nordestinas chegaram em 2000 com fecundidade em torno de 2,7 filhos, muito próximas da observada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essas últimas regiões, por sua vez, já chegavam ao nível de reposição.

Em 2008 o Brasil já apresentava níveis de fecundidade inferiores aos de reposição, em torno de 1,8 filhos (PNAD, 2008), sendo este um fenômeno irreversível, o que revela que todas as regiões do país caminham para firmar-se a níveis abaixo do necessário para repor a população.

Conforme já foi visto, a Região Norte teve um processo reprodutivo diferenciado. Enquanto as regiões mais desenvolvidas já apresentavam, em períodos anteriores à década de 70, significativas reduções nas suas taxas, a fecundidade na Região Norte ainda permanecia

²Níveis inferiores aos de reposição indicam que na ausência de imigração, a substituição numérica das gerações ficaria seriamente comprometida.

elevada. Apesar da forte queda que ela registrada desde então, a Região chegava, ao fim do Século XX, com a taxa mais elevada do país (3,2 filhos por mulher).

Entretanto, em 2008, o Norte alcançava taxas muito próximas ao nível de reposição da população, estando em torno de 2,3 filhos por mulher, mas apesar desse declínio ela ainda continua sendo a mais elevada do país.

Uma das consequências diretas da queda da fecundidade é a alteração da estrutura etária por meio da redução dos nascimentos, o que amplia a participação de adultos e idosos na população. Esse fenômeno modifica as demandas sociais, pois com a redução da proporção de jovens e crianças, uma população adulta mais volumosa e uma proporção crescente de idosos resultarão em expressivas alterações nos arranjos familiares, nas modalidades de inserção no mercado de trabalho, no perfil de demanda por serviços de saúde e acesso à educação, à previdência social e a outros benefícios sociais (PACHECO E PATARRA, 2000)

Para Rios-Neto (2007), embora essa modificação da estrutura da população tenha proporcionado para a sociedade novas oportunidades, ela também colocou sérios desafios, sendo que as oportunidades devem ser aproveitadas e os desafios enfrentados.

5. INTENÇÕES REPRODUTIVAS DAS MULHERES BRASILEIRAS

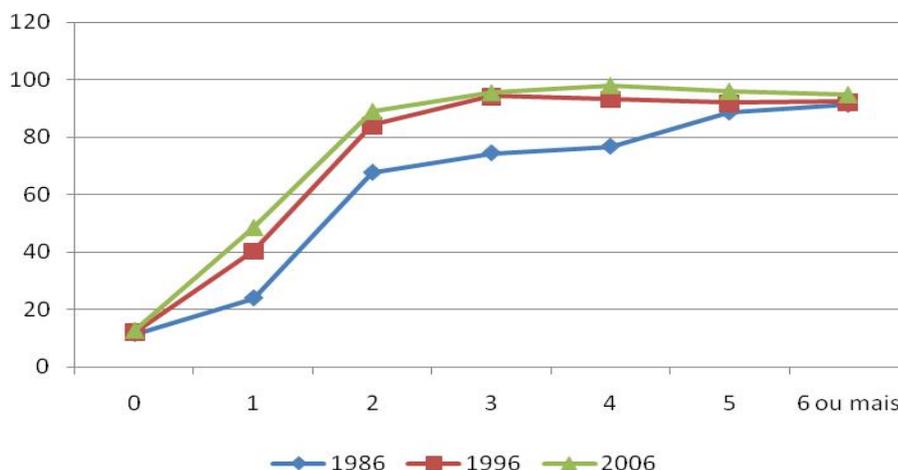
Nas últimas décadas, a mulher brasileira tem apresentado modificações nas suas intenções reprodutivas, demonstrando um desejo cada vez maior em não ter mais filhos e a vontade de adiar a próxima gravidez, optando cada vez mais por uma família menor como sendo o padrão ideal.

O percentual das mulheres brasileiras unidas e que não desejam ter mais filhos³³, além dos que já tiveram, tem aumentado significativamente nos últimos tempos. Em 1986 em torno de 62% das mulheres brasileiras não queriam ter mais filhos e em 2006 esse percentual foi para 76%.

O Gráfico 2 detalha ainda mais este fato, revelando que a porcentagem de mulheres que não querem ter mais filhos aumenta com o tamanho da família. As curvas referentes aos três anos em estudo seguem o mesmo padrão, apresentando caráter crescente, tendo inicialmente níveis equivalentes, em torno de 12%, pois as mulheres que nunca tiveram filhos geralmente possuem um menor desejo em não tê-los, mas, à medida que se eleva o número de filhos aumenta-se o desejo das mães em não ter outros. As curvas referentes aos três anos considerados vão se aproximando com o aumento do número de filhos e praticamente igualam-se quando se refere a 6 filhos ou mais.

³³ Consideraram-se nessa análise as mulheres esterilizadas entre aquelas que não desejam mais ter filhos, pois é razoável assumir que a maioria das mulheres esterilizadas não querem ter outro filho.

Gráfico 2 - Percentual de mulheres que não desejam ter mais filhos segundo o número de filhos vivos (1986-2006)



Fonte: Estimativas obtidas com base nos Relatórios da PNSMIPF (1986), da PNDS (1996), PNDS (2006).

É válido ressaltar que a curva referente ao ano de 1986 apresenta níveis inferiores aos das décadas seguintes, pois nessa época o percentual de mulheres que não desejavam ter outro filho era bem menor do que nos demais períodos considerados. Isso pode ser explicado pelo fato de que na década de 80 as mulheres brasileiras tinham um nível da fecundidade mais elevado. O fenômeno pode ter refletido em um reduzido desejo em não ter outros filhos. A diminuição da fecundidade nos períodos seguintes, resultado dos novos padrões reprodutivos adotados no país, pode ter influenciado fortemente na elevação do desejo das mães em não ter mais filhos.

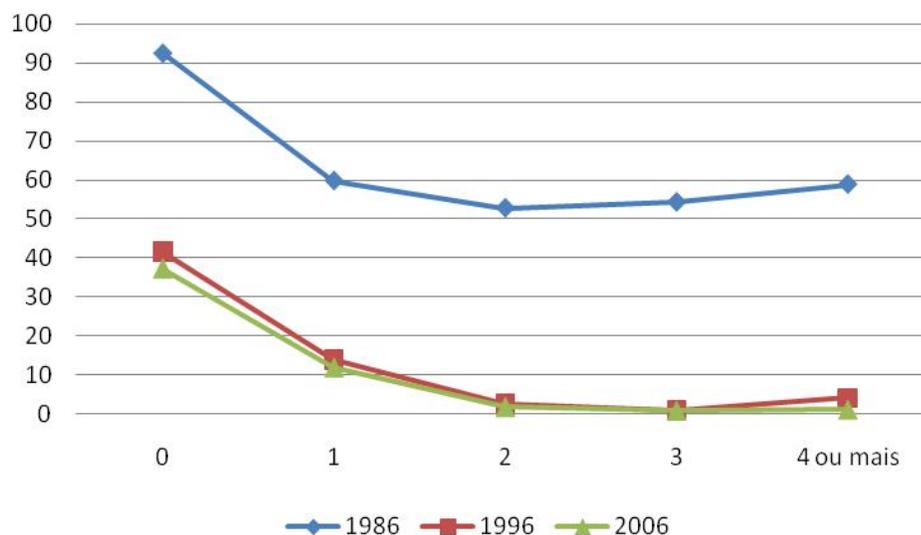
Os dados da PNSMIPF de 1986 e da PNDS de 1996 e 2006 revelam a preferência das mães brasileiras por famílias menores nas últimas três décadas. Entretanto, as intenções reprodutivas dessas mulheres variam entre as diferentes regiões do país e conforme as categorias socioeconômicas. As mulheres que vivem em regiões mais desenvolvidas e possuem maior escolaridade, por exemplo, são as que apresentam as mais elevadas preferências por famílias menores, tendência essa já verificada em 1986, quando cerca de

90% das mulheres com três filhos e que não desejavam ter outros concentravam-se nas regiões mais desenvolvidas, nas áreas urbanas e entre as com um maior nível de instrução.

Esse fenômeno, que tem contribuído para a redução no tamanho médio das famílias, não só no Brasil, mas em outros países, decorre das modificações que o mundo vivenciou com a revolução cultural ao longo do século XX (HOBSBAWN, 1995).

Quanto ao intervalo de nascimento, este contribui não só para a redução da fecundidade como também para elevar o bem-estar das crianças (PNSMIPF, 1986). No Brasil, o percentual de mulheres que desejam ter outro filho nos próximos dois anos reduziu-se nas últimas décadas. O Gráfico 3 revela essa tendência por meio do caráter de declínio das curvas referentes aos períodos analisados, sendo que a curva relacionada ao período de 1986 apresenta-se superior às demais, demonstrando que naquela época havia uma porcentagem maior de mulheres que queriam ter outros filhos mais brevemente.

Gráfico 3 – Percentual de mulheres que desejam ter mais filhos nos próximos dois anos (1986-2006) segundo o número médio de nascidos vivos das mulheres



Fonte: Estimativas obtidas com base nos Relatórios da PNSMIPF (1986), da PNDS (1996), PNDS (2006).

Quanto às curvas de 1996 e 2006, apresentam significativas semelhanças, mostrando níveis inferiores aos de 1986, evidenciando que as mulheres nos dias atuais têm desejado cada vez mais adiar o nascimento dos seus filhos.

As mulheres que nunca tiveram filhos são as que apresentaram o maior desejo em tê-los nos próximos dois anos. Esse fato foi observado para os três períodos analisados, apesar de ter havido variações entre eles. O gráfico revela que em 1986 mais de 90% das mulheres sem filhos queria tê-los logo, porém nas décadas seguintes esse percentual diminuiu fortemente chegando a 41% em 1996 e a 37% em 2006.

No entanto, conforme aumenta os número de filhos, maior se torna o espaçamento desejado entre os nascimentos. Em 1986, em torno de 54% das mulheres que já tinham três filhos, queriam ter outros nos dois anos seguintes. Já nos períodos posteriores apenas 1% delas desejavam ter mais filhos no curto prazo.

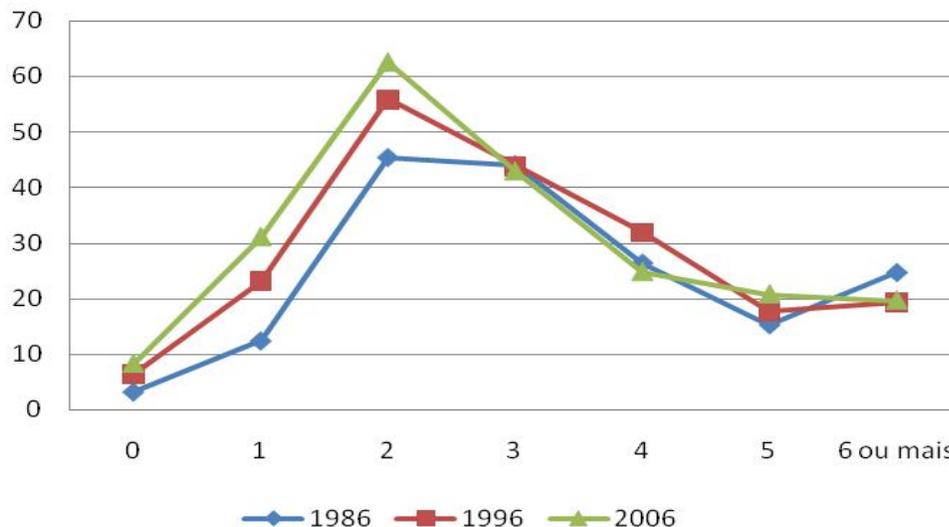
Geralmente existe uma correlação entre o número ideal⁴ de filhos e o observado⁵, pois quando as mulheres definem o número de filhos que desejam ter, as que optam por famílias maiores tendem a obtê-las, sendo que elas também podem aumentar o número ideal de filhos à medida que cresce o número de filhos observado.

O Gráfico 4 confirma esse fato, evidenciando que o ápice das curvas dos três períodos encontra-se entre as mulheres que tinham em média 2 filhos, e são elas as que se declararam mais ajustadas ao número ideal, sendo de 45% em 1986, 56% em 1996 e de 63% em 2006. O que confirma os dados discutidos anteriormente de que a maioria das mulheres não deseja outro filho depois de ter tido dois ou três.

⁴ O número de filhos ideal é obtido por meio da pergunta: “Se você pudesse voltar à época em que não tinha nenhum filho e pudesse escolher quantos filhos gostaria de ter na vida, quantos filhos teria?”. Essa questão em muitos casos coloca as mulheres em algumas situações delicadas, no sentido de levá-las a rejeitar o que já ocorreu.

⁵ Número de filhos vivos (inclui gravidez atual).

Gráfico 4- Percentual de mulheres ajustadas ao número de filhos que elas consideram com sendo ideal segundo o número de filhos tidos por elas (1986-2006)



Fonte: Estimativas obtidas com base nos Relatórios da PNSMIPF (1986), da PNDS (1996), PNDS (2006).

No entanto a correlação entre o número de filhos desejados e o atual diminuiu entre as mulheres com mais de três filhos, de modo que a maioria das mulheres que tiveram acima de três filhos queria ter tido menos. Esse fato é evidenciado por meio do gráfico 5 que revela a conseqüente queda das curvas nas três décadas a medida que aumentam o número de filhos. É válido destacar que, em 1986, o número de filhos considerado ideal era de 2,8 e, em 2006, esse número foi para 1,9.

Quanto ao número de filhos ideal segundo a idade atual da mulher, observa-se que em 1986 as mulheres mais velhas desejavam um maior número de filhos como o ideal, sendo de três e quatro filhos, enquanto que para as de 20-24 anos esse número era inferior, estando em torno de dois a três filhos. Porém em 2006 o número de filhos considerado ideal caiu mesmo para as mulheres mais velhas que passaram a desejar ter em média dois a três filhos, níveis semelhantes aos apresentados entre as mais novas que era de dois filhos.

Esse percentual elevado relacionado ao número ideal de filhos das mulheres mais velhas que foi observado em 1986 decorre da influência dos padrões de fecundidade das décadas passadas, em que as mulheres apresentavam alta fecundidade. Porém as respostas dadas pelos grupos de 25-29 anos na mesma época são influenciadas pela baixa fecundidade das mulheres que passaram a ter um maior acesso aos métodos contraceptivos. Os resultados nos períodos de 1996 e 2006 são reduzidos, mesmo para as mulheres mais velhas, sendo consequência do fenômeno da redução da fecundidade que vinha ocorrendo nas décadas anteriores.

Os dados da PNSMIPF de 1986 e da PNDS de 1996 e 2006 revelam diferenciais relacionados às intenções reprodutivas no que se refere ao local de residência, região de moradia e nível de instrução da mulher. Em 1986 já havia pouca diferença no número ideal de filhos entre os estados brasileiros, sendo que o número médio mais baixo era encontrado no Rio de Janeiro, correspondendo a 2,1 e nas demais regiões era de três filhos. Essa tendência permanece nas décadas seguintes de modo que independente do estado ou região do país, as mulheres apresentaram cada vez mais um menor desejo em ter outros filhos.

Conforme foi verificado acima, as mulheres brasileiras têm optado por famílias menores como a dimensão ideal, desejando ter em torno de dois ou três filhos. Esse fenômeno teve importante contribuição para o grande declínio da fecundidade ocorrido nas últimas décadas e revela que os seus níveis podem ainda continuar caindo, mas de forma mais lenta, nas áreas em que as taxas de fecundidade são superiores a três filhos por mulher.

6. A FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE

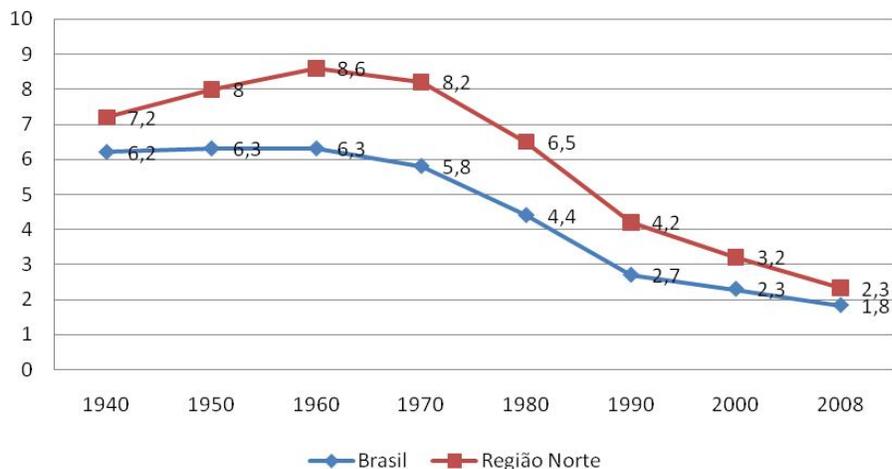
6.1 Níveis e Tendências

Semelhantemente ao que tem ocorrido em todo o país, a fecundidade na Região Norte vem apresentado tendência declinante. As mulheres nortistas passaram de uma taxa de 8,6 filhos em 1960 para 2,3 em 2008. É um nível muito próximo aos da taxa necessária para repor a população, que é de 2,1 filhos por mulher.

Conforme foi observado anteriormente, a fecundidade na região Norte, desde que existe informação para estimá-la, esteve acima da média nacional. Seu declínio ocorreu posteriormente ao verificado nas outras regiões do país, de forma que somente a partir de 1970, quando ocorreu a generalização do processo de redução da fecundidade em todo o Brasil, os seus níveis começam a declinar especialmente nas áreas urbanas mais desenvolvidas, como as capitais estaduais.

O Gráfico 5 evidencia a superioridade dos níveis da fecundidade na Região em relação à média nacional. Observa-se que o maior diferencial entre Brasil e Região Norte foi encontrado na década de 70, quando as mulheres nortistas tinham em média 2,4 filhos a mais que as do conjunto do país. Entretanto, no período de 1970 a 1990 a fecundidade nortista foi reduzida pela metade, passando de 8,2 para 4,2 por mulher, mas, os níveis continuavam embora bastante superiores aos nacionais, que eram de 2,7 filhos por mulher. Nas décadas seguintes, seus níveis permaneceram declinando em ritmo mais lento, porém sempre superior ao do Brasil como um todo, de forma que, em 2008, a diferença entre as fecundidades da região e do país era de apenas 0,5 filhos por mulher.

Gráfico 5 - Brasil e Região Norte. Taxa de Fecundidade Total, 1940 a 2008.



Fonte: Estimativas de Simões (2006) para o período de 1940 a 2000. As de 2008 foram elaboradas pela autora com base nos dados da PNAD 2008.

Segundo Frias e Carvalho (1994), o aumento da fecundidade na Região Norte nas décadas de 40 e 50 estaria relacionado à melhoria nas condições de sobrevivência e nas condições nutricionais por que passou a região naquele período, o que teria induzido um aumento do número de gravidezes resultando em filhos nascidos vivos.

Desta forma, constata-se a tendência de aumento do número médio de filhos das mulheres residentes na região Norte no período de 1940 a 1960 e de queda acentuada a partir de então.

Segundo Brasil e Moura (2001), essa queda nos níveis de fecundidade no Norte do país está relacionada a uma série de mudanças sociais que determinam novos padrões de reprodução, principalmente nas áreas urbanas, concretizada através da utilização de métodos modernos inibitórios da concepção ou mesmo mediante recurso a métodos radicais como cirurgias para a ligadura de trompas.

Essa mudança para níveis mais baixos de fecundidade veio acompanhada de modificações no comportamento por idade. Assim, verificou-se para a região uma significativa redução dos níveis de fecundidade por faixa etária, observada pelo aumento da

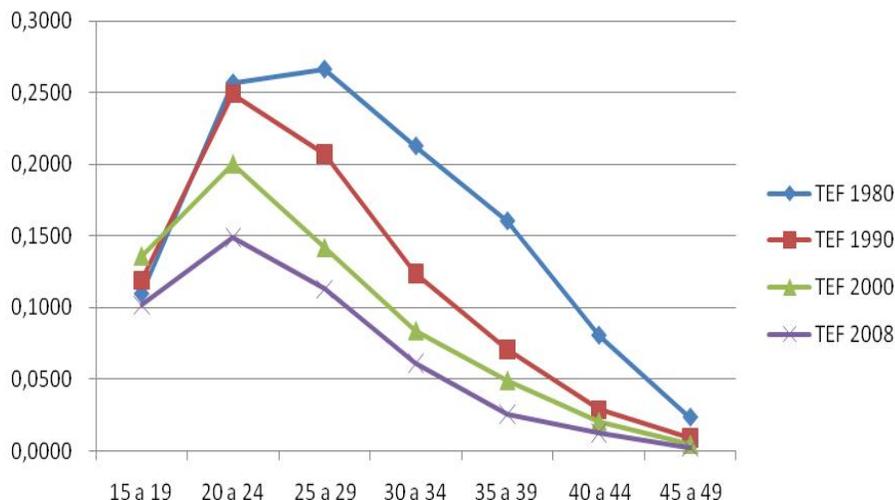
participação relativa na fecundidade das mulheres dos grupos etários de 15 a 19 e de 20 a 24 anos. Tal mudança ocasionou alterações no padrão reprodutivo das mulheres nortistas: os grupos etários de 25 a 29 e 30 a 34, que tradicionalmente apresentavam o maior número de filhos nascidos vivos, perderam posição para o grupo etário de 20 a 24 anos.

Na verdade, teria havido um rejuvenescimento da fecundidade no período considerado, em que as mulheres mais jovens, com idades entre, 15 a 19 e 20 a 24 anos experimentaram um significativo aumento no número de filhos nascidos vivos, tendo o primeiro desses grupos praticamente dobrado de número entre 1980 e 2000.

Esse fenômeno pode ser evidenciado no Gráfico 6 onde se vê a distribuição proporcional da fecundidade⁶ pelos diversos grupos etários femininos. No período de 1980 e 2000 a proporção de filhos nascidos vivos das mulheres nortistas apresentou decréscimo importante para os grupos etários a partir dos 25-29 anos, justamente aquele grupo no qual se situa a média de idade em que as mulheres do Norte tradicionalmente tinham filhos. As mulheres com idades entre 15 a 19 anos e 20 a 24 anos tiveram aumento expressivo da proporção relativa de filhos, com destaque para o grupo de adolescentes (15-19 anos).

⁶ Dada pela divisão do número de filhos tidos pelas mulheres de cada grupo de idade pelo total de filhos tidos entre 15 e 49 anos de idade.

Gráfico 6- Taxas Específicas de fecundidade. Região Norte – 1980 A 2008.



Fonte: Estimativas elaboradas pela autora com base nos Dados Brutos do IBGE, de 1980 a 2000 e PNAD, 2006.

O aumento da fecundidade entre as adolescentes foi observado em todo o país, sendo a década de 1990 a que marcou essa intensificação do rejuvenescimento da fecundidade.

Na década de 1980 cabia às mulheres entre 25 e 29 anos de idade o maior número médio de filhos. O deslocamento desta concentração para o grupo de 20 a 24 anos deu-se, inicialmente, em 1991, e manteve-se em 2000, concomitantemente ao aumento da fecundidade no grupo etário de 15 a 19 anos de idade, representando um aumento de 25% da fecundidade entre jovens e adolescentes, com diferenças substanciais segundo as camadas socioeconômicas. (BERQUÓ E CAVENAGHI, 2004).

Porém, esse aumento da fecundidade entre as adolescentes foi mais expressivo na Região Norte, sendo essa região a que apresentou as maiores taxas de gravidez para as mulheres menores de 20 anos no Brasil. (BRASIL e MOURA, 2000).

Porém os dados da PNAD (2008) revelam que nesse período verificaram-se declínios nos níveis de fecundidade também para esse grupo mais jovem de 15 a 19 anos,

permanecendo as mulheres de 20 a 24 anos como aquelas em que costumam ter um maior número de filhos.

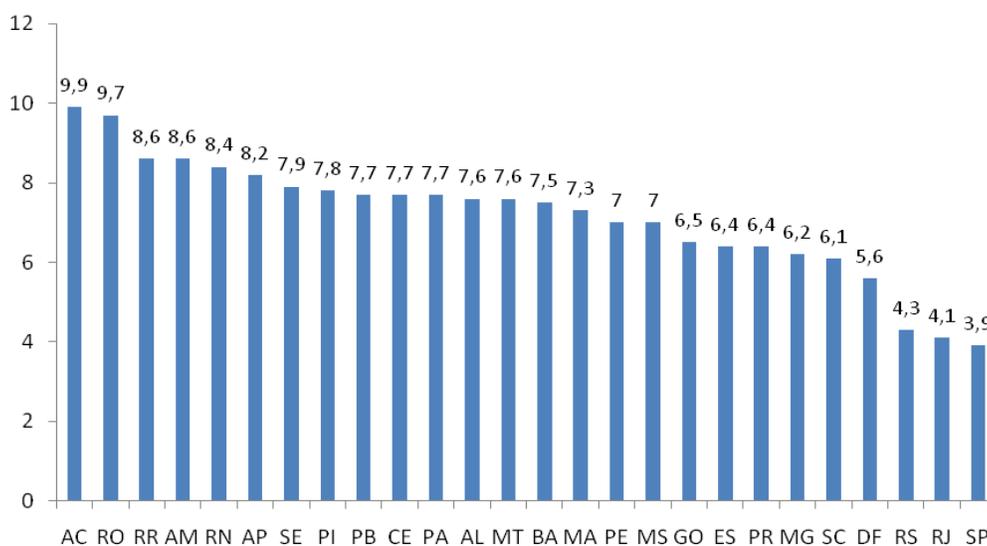
6.2 Distribuição espacial da fecundidade

Conforme foi mencionado anteriormente, a fecundidade tem apresentado tendência de declínio, porém ela se manifesta de maneira diferenciada entre os diferentes espaços e camadas sociais do país, uma vez que as taxas apresentadas são apenas uma média e podem esconder diferenças importantes se não forem observadas com detalhes, pois as áreas mais desenvolvidas costumam apresentar níveis de fecundidade mais baixos, enquanto as mais pobres revelam taxas relativamente elevadas.

Dessa forma, verificaram-se disparidades nos níveis de fecundidade das Unidades de Federação (UFs) brasileiras e também entre as pertencentes à Região Norte. Em 1970, as UFs das regiões Norte e Nordeste, regiões consideravelmente mais pobres do país, apresentavam os maiores níveis de fecundidade total, sendo os estados do Acre e de Rondônia, pertencentes à Região Norte, os campeões da alta fecundidade com níveis em torno de 9,9 e 9,7 filhos respectivamente. No outro extremo, com as menores taxas de fecundidade, estavam os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, pertencentes às regiões Sudeste e Sul respectivamente, as mais desenvolvidas do país, cujos níveis de fecundidade revelavam-se em torno de 3,9 e 4,2 filhos por mulher, conforme pode ser verificado no Gráfico 7. É válido destacar que a diferença média relativa ao número de filhos entre o Acre e São Paulo era de 6 filhos. Esse fenômeno revela claramente que as regiões Sul e Sudeste estavam em um estágio superior dentro do processo de transição da fecundidade, em relação à Região Norte, na vez que o

declínio da fecundidade inicia-se nas regiões com as melhores condições socioeconômicas e só depois se difunde entre as regiões mais pobres.

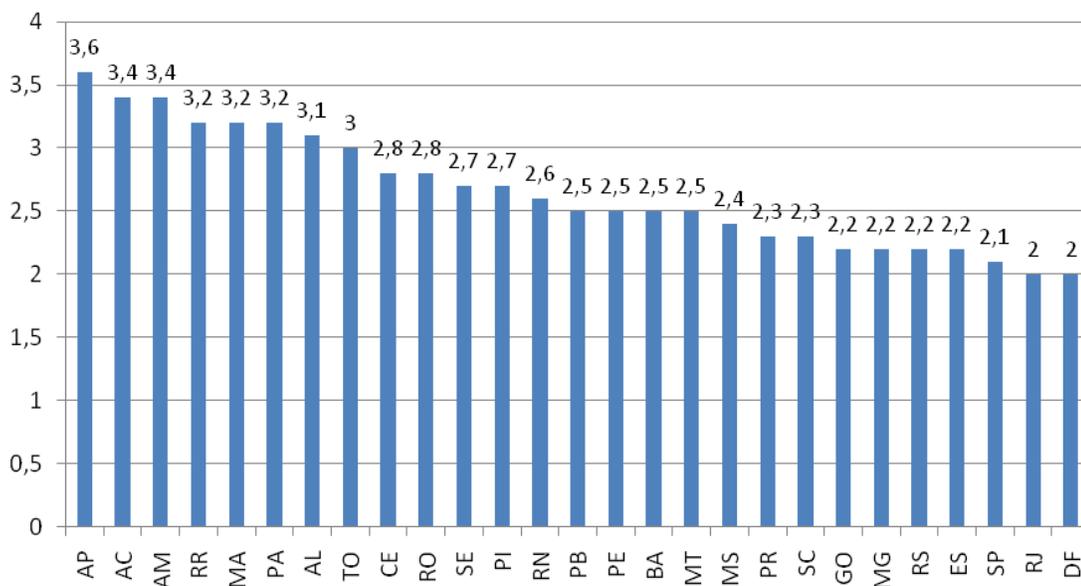
Gráfico 7-Taxas de Fecundidade Total segundo Unidades de Federação do Brasil – 1970



Fonte: Estimativas elaboradas por Simões (2006). IBGE. Censo demográfico de 1970.

Em 2000, três décadas mais tarde, observam-se reduções significativas dos níveis de fecundidade para todas as UFs do país. O Acre, que em 1970 era o campeão da alta fecundidade, perdeu posição para o Amapá, enquanto o Amazonas ficou em terceiro lugar. Esses três estados reduziram em mais de 60% os seus níveis de fecundidade, sendo que suas TFTs ficaram em torno de 3,6 no Amapá e 3,4 no Amazonas e no Acre. O estado de São Paulo permaneceu no outro extremo, entre os três primeiros estados com a mais baixa fecundidade, sendo de 2,1 filhos, juntamente com o Rio de Janeiro e o Distrito Federal (com 2,1 e 2 filhos respectivamente). Esses dados podem ser evidenciados no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Taxas de Fecundidade Total segundo Unidades de Federação do Brasil – 2000.



Fonte: Estimativas elaboradas por Simões (2006). IBGE. Censo demográfico de 2000.

Assim, observa-se claramente que nesses trinta anos houve uma redução na diferença do número de filhos entre os dois extremos: os de menor e os de maior fecundidade, passando de uma média de 6 filhos em 1970 para 1,4 em 2000.

Segundo Simões (2006) tem ocorrido no país um encurtamento, ao longo do tempo, entre os níveis de fecundidade das suas distintas áreas geográficas, acarretado pelas quedas mais acentuadas em áreas que vêm apresentando historicamente desenvolvimento econômico e social retardatário.

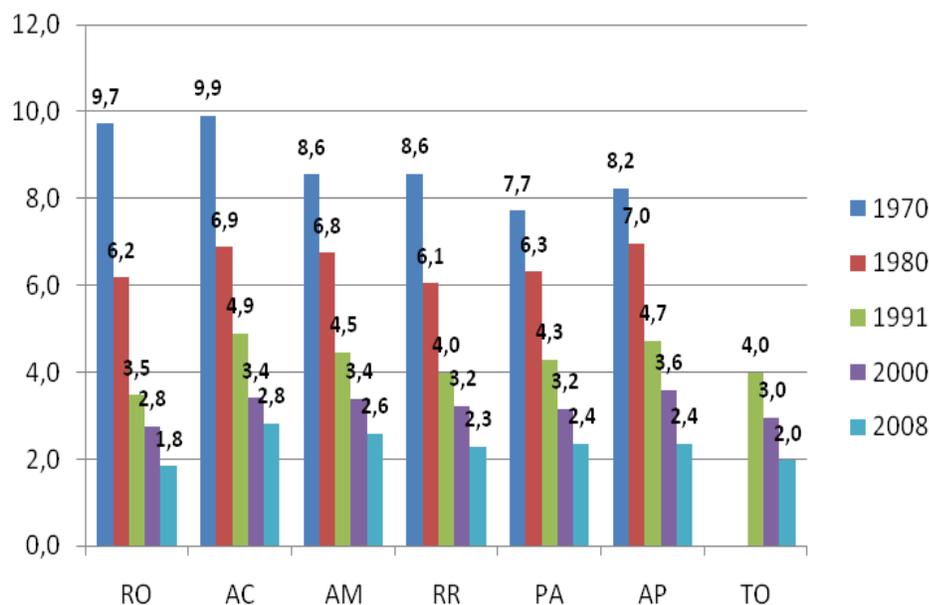
Analisando as UF's pertencentes à Região Norte separadamente, observa-se também significativas divergências nos níveis de fecundidade, possibilitando a verificação da existência de estágios diferentes desse processo de transição no interior da região. Esse fenômeno ocorre devido às especificidades espaciais existentes nesses estados, que tenderiam

a determinar os níveis de fecundidade, como: o ritmo e o volume de urbanização estadual, a história migratória de cada estado, a densidade populacional rural, entre outros fatores relativos aos comportamentos reprodutivos das populações nortistas (PEREIRA, 2008).

Nas décadas de 70 os níveis de fecundidade em todas as UFs que compõem a região Norte eram relativamente elevados. Os estados nortistas com os maiores níveis de fecundidade eram o Acre e Roraima, sendo de 9,9 e 9,7 filhos. Já o estado do Pará era o que despontava com a mais baixa taxa regional, com 7,7 filhos. As décadas de 80 e 90 vão ser marcadas por uma forte queda dos níveis de fecundidade em todos os estados nortistas. As mulheres do Acre e do Amapá que tinham as taxas mais elevadas da região (em torno de 9,8 filhos), na década seguinte tiveram em média 3 filhos a menos, e em 2008 chegaram a 7 filhos a menos.

Verifica-se que o estado de Roraima deixou de compor o grupo daqueles com as maiores taxas de fecundidade e apresentou-se em 2008 entre os com as mais baixas taxas da região, tendo níveis abaixo do reposição populacional. Entretanto o Acre permanece como o estado com a mais elevada taxa de fecundidade regional (2,8 filhos), apesar do forte declínio apresentado nas últimas três décadas, seguido pelo Amazonas (2,6 filhos). Os dados respectivos podem ser observados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Taxa de Fecundidade Total segundo UFs da região Norte – 1970 a 2008.

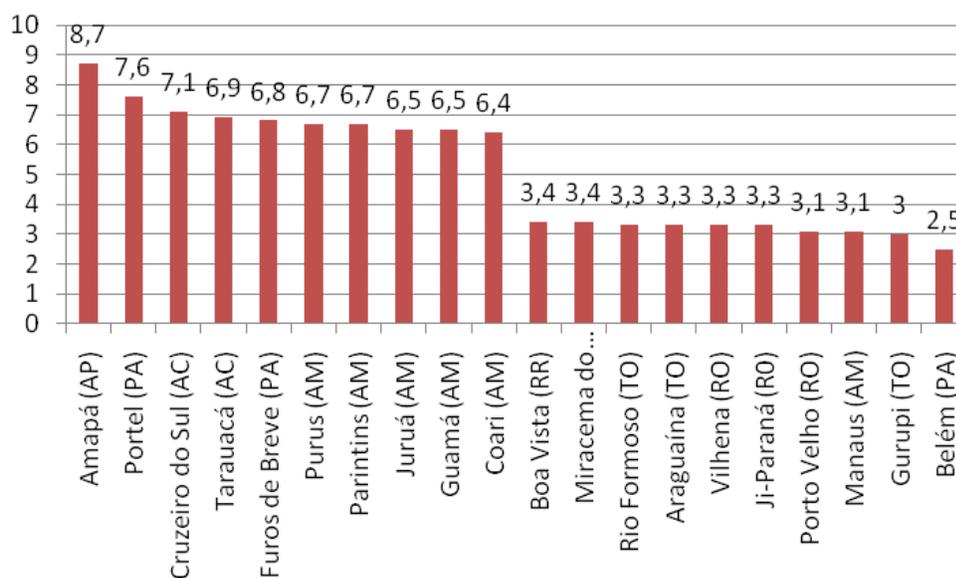


Fonte: Estimativas elaboradas por Simões (2006). As estimativas de 2008 foram elaboradas pela autora com base nos dados da PNAD 2008.

Para um melhor entendimento desses diferenciais regionais nos níveis de fecundidade, analisou-se a fecundidade segundo as microrregiões nortistas. De acordo com o Gráfico 10, em 1991 as microrregiões com os maiores níveis de fecundidade situavam-se nos estados do Amapá, Acre, Pará, Amazonas e Roraima, com taxas que variavam de 8,7 a 6,4 filhos por mulher.

Esses altos níveis de fecundidade do norte brasileiro são verificados mesmo com todo o processo de redução do número de filhos que já vinha ocorrendo no país desde a década e 70. Este fato vem a sugerir que as áreas de alta fecundidade do Norte ficaram à margem do processo, apresentando declínios inferiores aos verificados nas demais partes do país.

Gráfico 10 - Região Norte. As 10 maiores e as 10 menores taxas de fecundidade segundo microrregião, 1991.



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Estimativas elaboradas pela autora.

A microrregião que apresentou a maior taxa de fecundidade em 1991 foi a de Amapá, com TFT igual a 8,7 filhos por mulher, valor que se assemelha àquele verificado para a Região Norte em 1970, que era de 8,2 filhos, o que revela o atraso dessa microrregião no processo de redução da fecundidade, já que em 1991 as mulheres nortistas haviam reduzido pela metade o seu número de filhos. É válido destacar que essa microrregião em 1991 tinha uma população de 9.825, implicando em uma amostra censitária reduzida; portanto, esses valores da TFT devem ser analisados com bastante cuidado.

Em segundo lugar ficou a microrregião de Portel, com TFT correspondendo a 7,6 filhos por mulher.. Essa microrregião é composta pelos municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel, que contavam com uma população de 76.803 em 1991, sendo que 57.363

moravam na área rural. Esse fenômeno pode explicar a elevada fecundidade presente nessa microrregião, uma vez os níveis de fecundidade rurais são tradicionalmente mais elevados que os urbanos.

Os menores níveis de fecundidade em 1991 encontravam-se nas microrregiões de Belém (PA), Gurupi (TO), Manaus e Porto Velho (RO), variando de 2,5 (Belém) a 3,1 filhos por mulher (Porto Velho).

O diferencial no número de filhos entre Amapá (AP) e Belém (PA), microrregiões com a maior e a menor TFT do Norte, respectivamente, era de 6,2 filhos. Em suma, as mulheres mais fecundas do Amapá tinham nesse período 6,2 filhos a mais que as menos fecundas do do Pará.

Os níveis relativamente baixos de fecundidade verificado em Belém e Manaus podem estar associados ao fato destes serem os dois maiores centros urbanos da região. No caso da Microrregião de Belém, observa-se que o maior número de pessoas concentram-se na capital do estado, de modo que dos 1.447.252 de habitantes da microrregião, 1.084.996 vivem no município de Belém, o que pode ter resultado nessas taxas de fecundidade relativamente mais baixas.

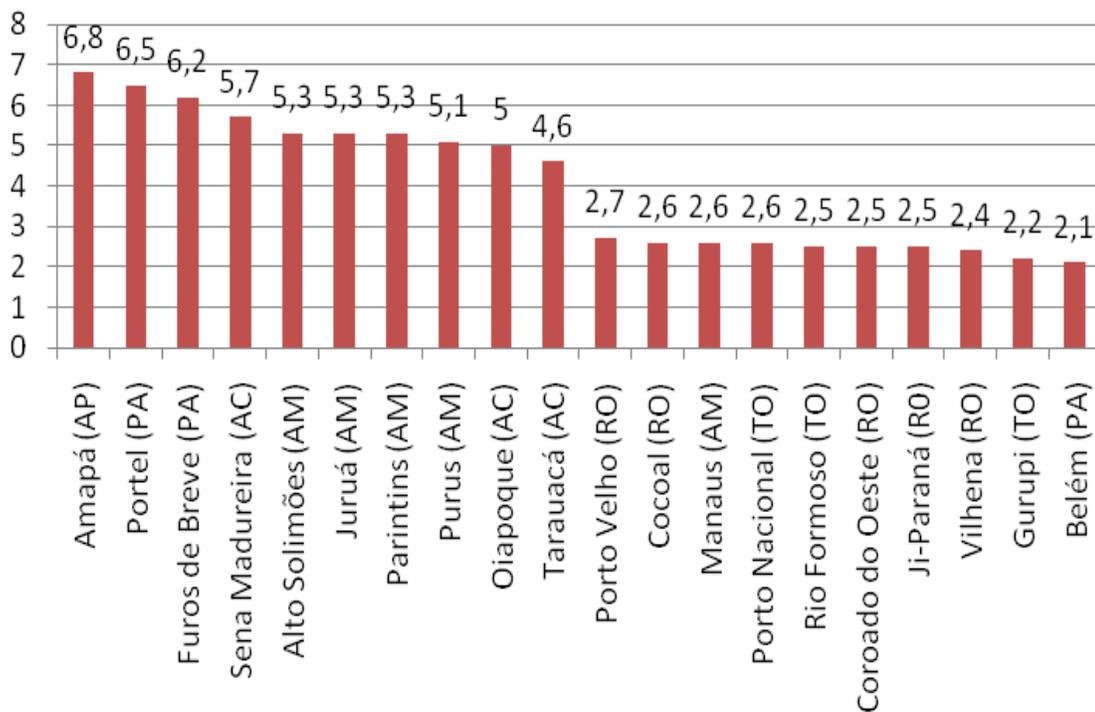
A mesma tendência é verificada para Manaus, capital do estado do Amazonas, e principal centro financeiro, corporativo e econômico da região norte do Brasil, onde concentra-se quase a metade da população do estado. Em 1991 dos 2.103.243 que correspondiam à população do Amazonas, em torno de 1.011.501 deles eram provenientes de Manaus, sendo este um município predominantemente urbano, pois cerca de 1.006.585 de pessoas residem na sua área urbana enquanto apenas 4.916 residem na sua área rural. O que explica os níveis relativamente reduzidos de fecundidade nesse município.

Quanto a microrregião de Gurupi, no Tocantins, pode-se atribuir a sua baixa fecundidade ao fato de ser pertencente a um estado relativamente recente, fundado em 1988, e talvez pelo dele ter feito parte do Estado de Goiás cujos padrões reprodutivos das mulheres que lá residem eram fortemente influenciados pelas tendências de baixa fecundidade vigente no país, apresentou níveis de fecundidade relativamente baixos.

O mesmo pode-se falar de Porto Velho, que obteve migração em massa de outras regiões do país, principalmente do Sul e do Sudeste, a partir dos anos 60, com as políticas governamentais que objetivavam expandir a fronteira amazônica. A migração dessa população, que tradicionalmente apresentava baixa fecundidade, certamente influenciou o comportamento reprodutivo dessa microrregião, que apresentou níveis relativamente reduzidos de filhos por mulher.

Em 2000, observa-se, no gráfico 11, a manutenção das microrregiões do Amapá (AP) e Portel(PA) como as campeãs da alta fecundidade na Região Norte, mesmo tendo apresentado alguma redução nos seus níveis de fecundidade entre 1991 e 2000.

Gráfico 11- Região Norte. As 10 maiores e as 10 menores taxas de fecundidade por microrregião, 2000.



Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Estimativas elaboradas pela autora.

As mulheres do Amapá passaram de 8,7 filhos em 1991 para 6,8 em 2000, tendo reduzido em 2 filhos a sua TFT, enquanto as de Portel, que tinham 7,6 filhos em 1991, passaram a ter um filho a menos em 2000, permanecendo portanto com níveis de fecundidade elevados, principalmente se compararmos com os verificados para o conjunto do país, pois, enquanto o Brasil entra no século XXI com uma TFT ao nível de reposição, essas duas microrregiões tem uma média de quase cinco filhos a mais que a nacional.

É válido ressaltar que Cruzeiro do Sul (AC) e Tarauacá (AC), que correspondiam ao terceiro e quarto lugares entre as maiores TFT no ano de 1991, perderam posição em 2000 para Furos do Breve (PA) e Sena Madureira (AC).

No outro extremo, Belém(PA) e Gurupi (TO) permanecem como as microrregiões com as mais baixas TFT, com níveis de fecundidade correspondentes aos de reposição. Destaca-se também que o diferencial no número de filhos entre a região com a maior e a menor TFT, reduziu-se entre 1991 e 2000. A mulher do Amapá (AP) que em 1991 tinha em média 6,2 filhos a mais que as de Belém (PA), em 2000 passa a ter 4,7 filhos a mais, com redução de 2,1 filhos, o que revela a arrefecimento relativo da fecundidade mesmo nessas áreas que despontavam com os mais altos níveis de fecundidade do Norte.

Em terceiro e quarto lugar entre as microrregiões com as menores taxas de fecundidade ficaram as de Vilhena e Ji-Paraná, ambas pertencentes ao estado de Rondônia e que seguem o mesmo padrão estadual.

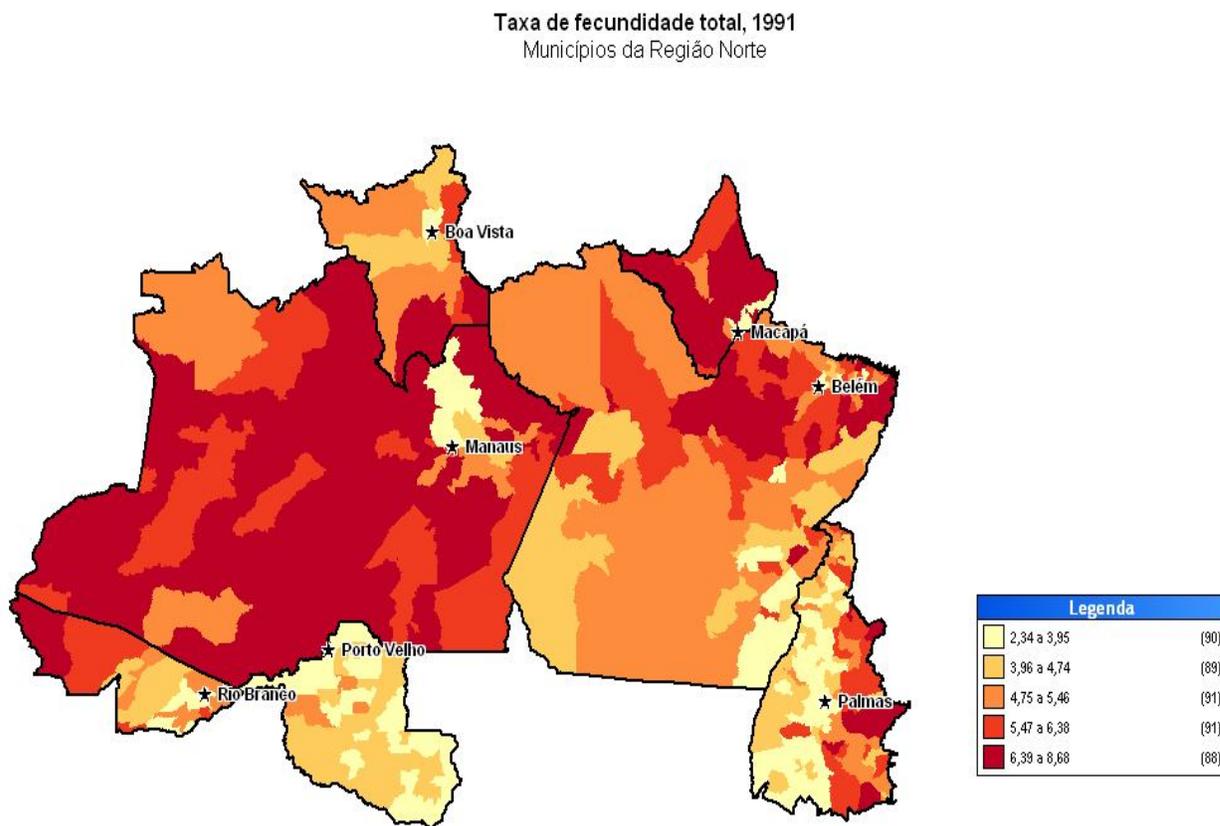
É válido ressaltar que tanto em 1991 quanto em 2000, a metade das 10 microrregiões do Norte com os menores níveis de fecundidade encontravam-se no Estado de Rondônia. Conforme foi abordado anteriormente, esse estado recebeu migração em massa de outras parte do Brasil com as expansão da fronteira agrícola a partir dos anos 60. Segundo Martine (1978) a intensificação desses fluxos migratórios para Rondônia deu-se devido à mecanização da agricultura em zonas agrícolas tradicionais, que fez com que o estado fosse uma alternativa valiosa para os migrantes oriundos das áreas rurais como as do Sul do Mato Grosso e Noroeste do Paraná, trazendo consigo os padrões reprodutivos prevalecentes em suas regiões, as quais tinham níveis de fecundidade mais reduzidos.

Em 2008 o estado continuava despontando com as menores taxas de fecundidade da região, com níveis abaixo do necessário para repor a população, sendo de 1,8 filhos por mulher.

Em contrapartida a maior parte das microrregiões com os mais elevados níveis de fecundidade encontrava-se no Estado do Amazonas tanto em 1991 quanto em 2000. Este estado tradicionalmente despontava com as mais altas taxas de fecundidade do Norte e em 2008 sua TFT ainda era a segunda maior da região, sendo de 2,6, filhos, perdendo apenas para o Estado do Acre cuja a TFT era de 2,8 filhos.

Quanto aos municípios da Região Norte, observa-se na Figura 1 que em 1991 os dois municípios com as mais elevadas TFT pertenciam ao estado do Amapá, sendo eles Pracuuba e Tartarugalzinho, com taxas em torno de 8,7 filhos por mulher, seguidos por Japurá e Maarã, no Amazonas, e por Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel, no Pará, com níveis em torno de 8,3 e 8,1 filhos por mulher. Entre os municípios com as mais baixas taxas estão em primeiro lugar Belém (PA), seguido por Alvorada (TO), Ananindeua (PA), Gurupi (TO), Figueirópolis (TO), Araguaína (TO), Vilhena (RO) e Manaus (AM), com taxas de 2,3 a 3,1 filhos por mulher.

Figura 1 – TFT dos municípios da Região Norte, 1991.

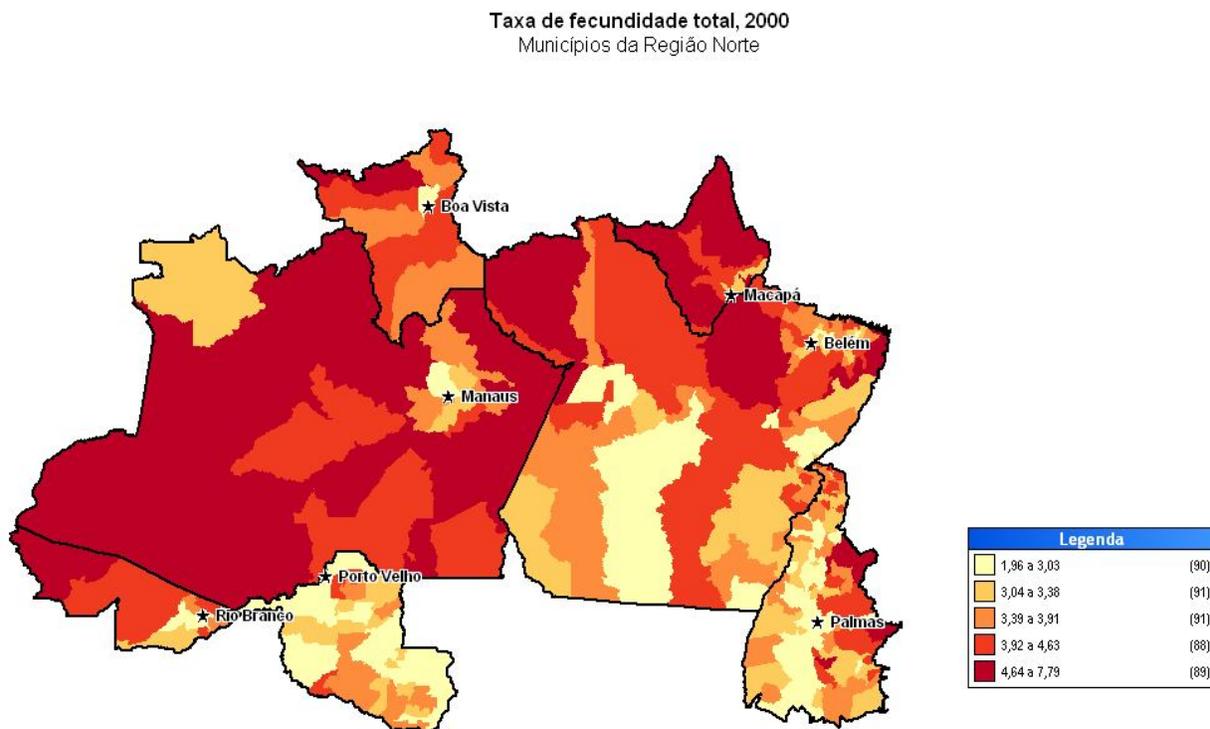


Fonte: PNUD, 2000. Atlas de desenvolvimento humano do Brasil.

Em 2000, os municípios de Pracuuba e Tartarugalzinho continuaram mantendo as mais elevadas taxas de fecundidade da região, com 7,8 filhos por mulher e queda de 11,5% no período de 1991 a 2000. Os municípios de Bagre e Portel também permaneceram no grupo dos que tem as maiores TFT (7,3 filhos por mulher). No sentido contrário, Belém continuou despontando com a mais baixa TFT, de 2 filhos por mulher, inferior, portanto, à taxa necessária para repor a população. As mulheres dos municípios de Ji-Paraná (RO), Porto

Nacional (TO), Crixás do Tocantins (TO) e Colorado do Oeste (RO) tiveram uma redução de cerca de um filho no período em estudo, agrupando-se nas primeiras posições entre os municípios com as mais baixas TFT, correspondendo a uma média de 2,3 filhos por mulher.

Figura 2 - TFT dos municípios da Região Norte. 2000.



Fonte: PNUD, 2000. Atlas de desenvolvimento humano do Brasil.

É válido destacar que as regiões metropolitanas de cada estado da região apresentaram tanto em 1991 quanto em 2000, níveis de fecundidade relativamente baixos, se comparados com a média das demais microrregiões do estado correspondente. Esse fenômeno confirma a teoria de que as mulheres que residem em regiões com o maior grau de urbanização tendem a ter menos filhos, pois elas costumam receber mais influência da, urbanização e modernização correntes no país, tendo maior acesso a métodos contraceptivos e informações sobre o controle da prole, etc.

Os dados revelam que o local de moradia é um importante determinante dos níveis de fecundidade. França (2000) destaca que por trás das desigualdades demográficas, existem também desigualdades sociais, distantes do olhar das elites de classe média-alta, uma vez que nascem mais entre os menos favorecidos social e economicamente: com menos instrução, menos renda, piores condições de moradia, etc. Assim, poder-se-ia dizer que o local de moradia possui relação inversa com os níveis de fecundidade, pois quanto menos desenvolvido ele for, maior serão os níveis de fecundidade e quanto maior o desenvolvimento menos filhos as mulheres terão. Na cidade de Manaus, por exemplo, os maiores níveis de fecundidade encontram-se nos bairros mais centrais, dotados de mais equipamentos e serviços urbanos, o inverso acontecendo nos bairros periféricos e carentes de transporte, equipamentos de saúde, escolas, etc. (Fundação João Pinheiro, 2006).

6.3 Diferenciais sócioeconômicos da fecundidade

O declínio da fecundidade tem ocorrido de maneira diferenciada entre as regiões do país e também no interior da região Norte segundo suas especificidades socioeconômicas. Os dados disponíveis indicam que a fecundidade varia significativamente segundo alguns fatores sócio-econômicos que atuam em seu nível e em sua estrutura, como a condição de domicílio, a escolaridade, a renda familiar, a participação no mercado de trabalho, a cor ou raça dos efetivos populacionais, o estado conjugal, os quais serão abordados no presente trabalho. Segundo Berquó e Cavenaghi (2004) a redução nos níveis de fecundidade do país não ocorreu de maneira uniforme nos vários segmentos sócio-demográficos, sendo a queda mais acentuada naqueles grupos socioeconômicos onde a fecundidade tradicionalmente era mais elevada, ou seja, entre as mulheres mais pobres, menos escolarizadas, negras, domiciliadas nas áreas rurais, e nas regiões Norte e Nordeste.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, serão analisadas a seguir as TFT segundo as citadas categorias socioeconômicas das mulheres nortistas.

6.3.1 Condição de domicílio

A diferenciação por situação urbano e rural inicialmente elevada no país foi se atenuando ao longo das décadas, devido ao generalizado declínio nos níveis de fecundidade (SIMÕES, 2006). A Tabela 1 evidencia esse fato, demonstrando que na década 1970 as mulheres brasileiras que residiam nas áreas rurais tinham em média 3,1 filhos a mais que as das áreas urbanas. Em 2000 essa diferença caiu para 1,3, reduzindo em mais da metade TFT rural, que passou de uma taxa de 7,8 em 1970 para 3,5 em 2000. Já nas áreas urbanas os níveis de fecundidade revelaram-se inferiores no período estudado, passando de uma taxa de 4,7 para 2,2 filhos.

Tabela 1 - Taxa de Fecundidade Total. Situação urbana e rural segundo as grandes regiões, 1970-2000.

Grandes Regiões	1970		1980		1991		2000	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Brasil	4,7	7,8	3,6	6,4	2,5	4,4	2,2	3,5
Norte	6,6	9,7	5,2	8,4	3,4	5,5	2,7	4,5
Nordeste	6,5	8,4	4,9	7,7	3,0	5,2	2,4	3,6
Sudeste	4,1	7,3	3,2	5,5	2,2	3,6	2,0	2,7
Sul	4,1	6,9	3,2	4,6	2,4	3,1	2,1	2,5
Centro - Oeste	5,2	8,0	4,0	6,0	2,5	3,6	2,2	2,8

Estimativas elaboradas por Simões (2006).

No que diz respeito às regiões do país observa-se na tabela 1 que na década de 1970 o Norte e o Nordeste eram os que apresentavam as mais altas taxas de fecundidade tanto na área urbana quanto na área rural, enquanto o Sul e o Sudeste tinham as mais reduzidas taxas.

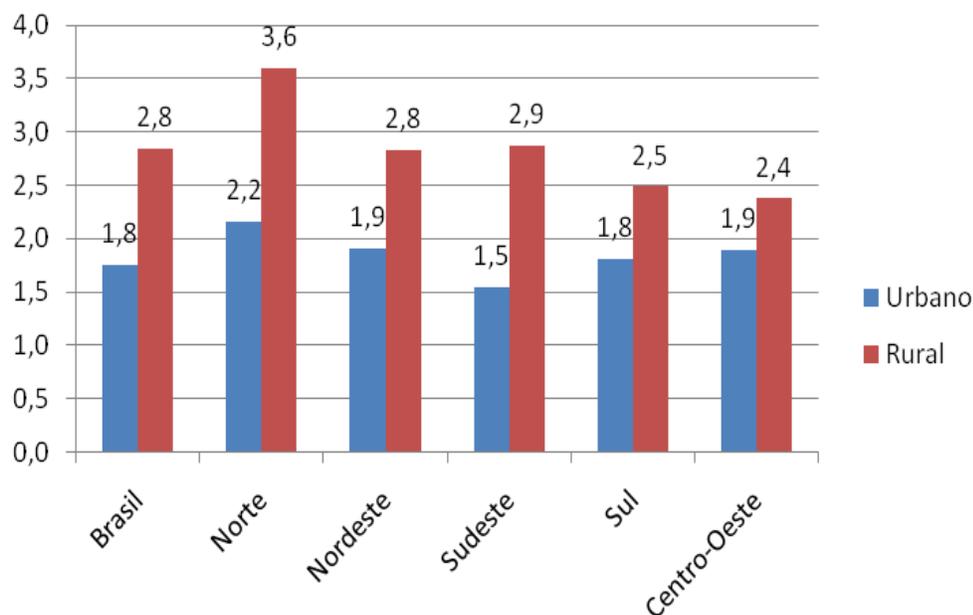
Verifica-se também um significativo diferencial da fecundidade por quadro de domicílio, de modo que as mulheres residentes nas áreas urbanas em quase todas as regiões do país tinham em média 3 filhos a mais que as que viviam nas áreas rurais, com exceção do nordeste cujo diferencial era de 2 filhos.

Entretanto, a partir da década de 80 observou-se uma generalização do declínio dos níveis de fecundidade, primeiramente nas áreas urbanas, e depois em todos os espaços do país, de forma diferenciada. Em 2000 esse declínio já alcançava de forma significativa as regiões que tradicionalmente tinham as mais altas taxas de fecundidade, de modo que independentemente do local de domicílio essas mulheres passaram a ter menos filhos.

Assim, observa-se que, apesar das reduções nos níveis de fecundidade do Norte e do Nordeste, que foram respectivamente de 33% e de 46% no período de 1970 a 2000, essas regiões começaram o século XXI com as maiores taxas de fecundidade do país, não importando o quadro de domicílio.

O Gráfico 12 mostra a fecundidade por quadro de domicílio nas regiões brasileiras em 2008. Observa-se que, independentemente da região, reduziram-se os diferenciais nas taxas de fecundidade entre as áreas urbanas e rurais do país. Conforme foi verificado anteriormente, em 1970 em quase todas as regiões brasileiras o diferencial da fecundidade por quadro de domicílio era de 3 filhos, já em 2008 esse diferencial reduziu para cerca de 1 filho.

Gráfico 12 - Brasil e Grandes regiões. Taxa de fecundidade Total por situação de domicílio, 2008.



Fonte: IBGE, PNAD – 2008. Estimativas elaboradas pela autora.

É válido destacar que o Nordeste em 2008, independentemente do quadro de domicílio, já apresentava taxas de fecundidade semelhantes às encontradas nas regiões Sul e Sudeste do país. A mesma tendência de baixa fecundidade pode ser verificada para a área urbana do Norte, cuja TFT era semelhante à observada para o Brasil. Entretanto nas áreas rurais Nortistas a TFT ainda permanecia no ranking de fecundidade elevada do país.

Assim como se verificam disparidades entre as taxas de fecundidade nas áreas urbanas e nas rurais das regiões do país, observam-se também diversidades entre os estados que compõem a Região Norte.

Observa-se na Tabela 2 que as áreas rurais de todas as UFs da região apresentaram níveis de fecundidade superiores aos verificados nas áreas urbanas em todos os períodos

considerados. Em 1970 a fecundidade das mulheres residentes nas áreas urbanas e rurais dos estados do Norte estava acima de 8 filhos, no caso da área rural de Rondônia a TFT chegava a 10,9, sendo a área rural do Acre a que despontava com a mais alta TFT da região, sendo de 11,1 filhos.

Tabela 2 - Taxa de Fecundidade Total. Situação urbana e rural segundo UFs da Região Norte, 1970-2000

UFs	1970		1980		1991		2000		2006	
	Urbano	rural								
Rondônia	8,8	10,9	5,6	6,8	3,2	4,0	2,5	3,3	2,5	2,5
Acre	7,8	11,1	5,0	8,8	4,0	5,9	2,8	5,1	2,4	6,9
Amazonas	6,8	10,2	5,5	9,4	3,8	7,0	2,9	5,8	2,0	5,0
Roraima	7,9	9,9	5,9	6,5	3,5	4,5	2,9	4,6	2,6	3,1
Pará	6,5	9,2	5,0	7,8	3,2	5,5	2,6	4,6	2,3	3,3
Amapá	8,1	8,4	5,7	9,0	4,1	7,6	3,4	6,7	3,8	4,7
Tocantins	-	-	-	-	3,1	5,1	2,7	4,0	1,8	2,4

Fonte: Estimativas elaboradas por Simões (2006). Para o ano de 2006 as Estimativas foram elaboradas pela autora com base na PNAD 2006.

Nas décadas de 80 e 90, observa-se uma tendência de declínio da fecundidade em todas os estados da região, porém mesmo com essa redução, os estados do Amapá e do Amazonas chegaram em 1991 com fecundidade em sua área rural em torno de 7,6 e 7 filhos respectivamente, enquanto nas áreas urbanas desses mesmos estados a TFT era em média de 4 filhos por mulher. Em 2000 o Amapá apresentava-se como o único estado com fecundidade acima de 6 filhos em sua área rural, sendo que na sua área urbana a TFT era apenas de 3,4 filhos. Seis anos mais tarde esse estado perde posição para o Acre, que passou a apresentar a maior fecundidade em sua área rural, sendo de 6,9 filhos, enquanto que na sua área urbana os níveis de fecundidade se aproximavam aos de reposição, em torno de 2,4 filhos.

Um outro aspecto importante a se destacar está relacionado com a redução da diferença no número de filhos das mulheres das áreas urbanas e rurais na Região em anos recentes. Essa diferença era relativamente elevada no início do processo de declínio da fecundidade em todo o país, mas foi reduzindo-se nos anos recentes devido a própria generalização do declínio da fecundidade. Essa mesma tendência é verificada para a maioria dos estados da Região Norte. Um exemplo disso ocorreu no estado do Pará onde, desde a década de 70, as mulheres residentes na área rural tinham quase 3 filhos a mais que as residentes nas áreas urbanas e, em 2006, essa diferença reduz-se para 1 filho (Tabela 3).

Tabela 3 - Diferença entre o número de filhos tidos por mulheres residentes na área rural e urbana, segundo Unidades de Federação da Região Norte, 1970-2006.

UFs	1970	1980	1991	2000	2006
Roraima	2,1	1,2	0,8	0,8	0
Acre	3,3	3,8	1,9	2,3	4,5
Amazonas	3,4	3,9	3,2	2,9	3
Roraima	2	0,6	1	1,7	0,5
Pará	2,7	2,8	2,3	2	1
Amapá	0,3	3,3	3,5	3,3	0,9
Tocantins	-	-	2	1,3	0,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970-2000. Para o período de 2006 as estimativas foram elaborados pela autora com base na PNAD.

Porém os Estados do Amazonas e do Acre foram os que apresentaram os mais significativos diferenciais da fecundidade por quadro de domicílio. Com reduzidos níveis de fecundidade na área urbana e a manutenção de elevadas taxas na área rural. O Acre, em 2006, apresentava o maior diferencial entre os quadros de domicílio da região, em torno de 4,5 filhos, graças a conservação dos elevados níveis de fecundidade na área rural, já que na área urbana as taxas assemelhavam-se às vigentes no país, sendo de 2,4 filhos. É válido destacar que a população acreana era tradicionalmente rural: mesmo na década de 1960 cerca de 79%

da população residia nas áreas rurais, a maior parte encontrava-se nos seringais, exercendo atividades extrativistas e a agricultura (OLIVEIRA, 1980).

Quanto ao Amazonas observou-se o maior diferencial na década de 80, onde as mulheres das áreas rurais tinham em torno de 4 filhos a mais que as das áreas urbanas. Entretanto, mais de 20 anos depois esse diferencial continuou elevado, sendo de 3 filhos em 2006.

Essa forte diferença da fecundidade entre as amazonenses das áreas urbanas e rurais pode estar relacionada com presença da Zona Franca de Manaus, criada pelo Decreto 288 de 1967, que atraiu grandes fluxos migratórios oriundos de outros estados nortistas e de outras partes do país, como Ceará, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades de emprego, Esses investimentos levaram a capital do estado a uma forte industrialização e a uma conseqüente urbanização, inserindo-a no processo de modernização vigente no país, influenciando profundamente o comportamento reprodutivo das mulheres que lá residem.

Segundo Simões (2006) o declínio da fecundidade relaciona-se com a modernização das relações econômicas e sociais, com o grau de circulação monetária e mercantilização. Nessas áreas onde esse processo avançou com maior intensidade conheceram-se maiores mudanças nos padrões culturais e reprodutivos, enquanto nas regiões onde esse processo foi menos intenso, tais transformações foram menos abrangentes de forma que os valores tradicionais comandavam o comportamento demográfico. Foi o que parece ter ocorrido no interior do estado do Amazonas, que ficou à margem desse desenvolvimento gerado pela ZFM, permanecendo a sua tradicional tendência de alta fecundidade.

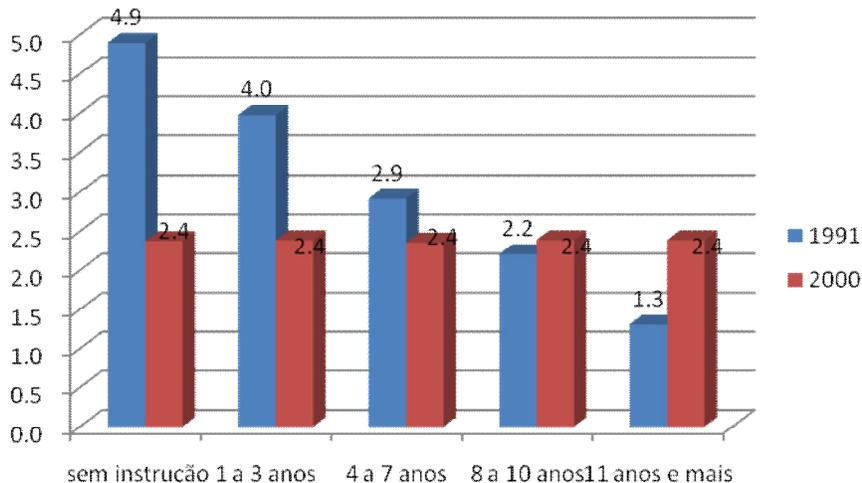
Já o estado de Rondônia apresentou a menor diferença nos níveis de fecundidade por quadro de domicílio em todo o período considerado, sendo que o maior diferencial foi de 2,1 filhos na década de 70, e em 2006 os níveis de fecundidade nas áreas rurais equipararam-se aos das áreas urbanas. Essa mesma tendência pode ser verificada para o estado do Tocantins, cujas taxas de fecundidade das áreas rurais apresentaram-se muito próximas das verificadas nas áreas urbanas.

Os dados apresentados na Tabela 3 revelaram uma mudança de comportamento reprodutivo das mulheres nortistas que, independentemente dos quadros de domicílios, apresentaram reduções significativas nos seus níveis de fecundidade nesses 36 anos considerados.

6.3.2 Escolaridade das mães

A escolaridade das mães tem sido umas das principais variáveis socioeconômicas na determinação dos níveis de fecundidade das mulheres. No Brasil, tanto em 1991 quanto em 2000, as mulheres sem instrução e aquelas com apenas 1 a 3 anos de estudo, denominadas pelo conceito da UNESCO como analfabetas funcionais⁷ apresentaram um maior número de filhos. O Gráfico 13 revela que no período de 1991 a 2000 ocorreram significativas reduções no número de filhos para esse grupo de menor escolaridade, sendo de 51% para as mulheres sem instrução, 40% para as com 1 a 3 anos de estudo e 17% para aquelas com 4 a 7 anos.

⁷ A UNESCO define analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. No Brasil, o índice de analfabetismo funcional é medido entre as pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formal.

Gráfico 13 - TFT por anos de estudos. Brasil, 1991-2000

Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991-2000, IBGE.

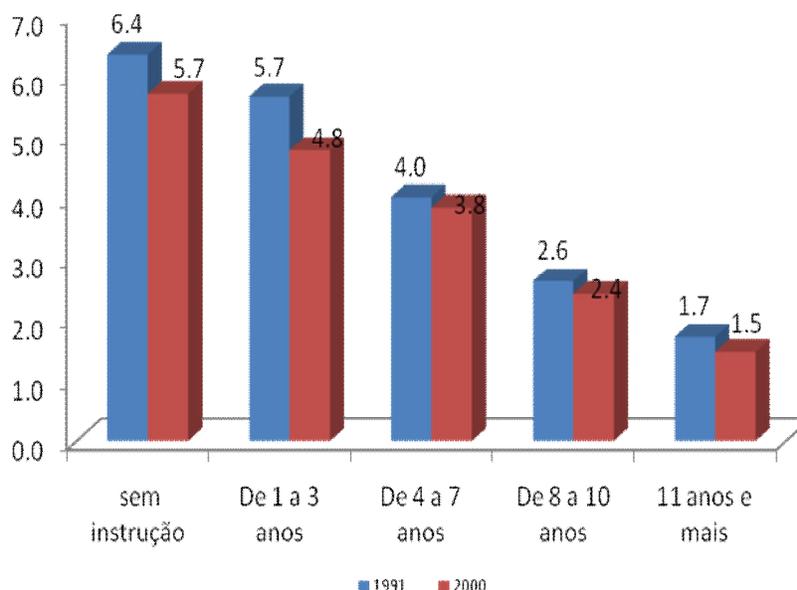
Esse fenômeno pode estar associado aos avanços alcançados pelo país em termos da educação nas últimas décadas, que podem ser revelados por meio das melhorias nos níveis de escolaridade de sua população. Como exemplo disso destaca-se a significativa redução no analfabetismo funcional entre as mulheres em idade reprodutiva que no período de 1970 a 2000 foi de 69%.

Entre as mulheres brasileiras com 8 a 10 e 11 ou mais anos de estudo, a fecundidade revelou-se relativamente reduzida, de modo que em 1991 já encontrava-se abaixo do nível de reposição populacional sendo de 1,3 filhos e em 2000 foi para 2,4 filhos. Segundo Godinho e Yazaki (1992), o aumento de escolaridade que se processa no Brasil favorece a comunicação e a divulgação dos conceitos reprodutivos entre as diferentes camadas da população, proporcionando uma mais rápida assimilação de novos padrões de comportamento. O que resulta nesses reduzidos níveis de fecundidade vigentes no país.

Na Região Norte observou-se no período de 1991 e 2000 uma redução mais tímida dos níveis de fecundidade segundo a instrução feminina. O diferencial da fecundidade entre as

mulheres com maior e menor escolaridade apresentou-se superior ao do país nos dois períodos considerados, de modo que as mulheres sem escolaridade tinham em 1991 quase cinco filhos a mais que as com 11 e mais anos de estudo e em 2000 esse número caiu para 4,2 filhos como pode ser verificado no Gráfico 14. Esse fenômeno pode estar relacionado com o alto índice de mulheres nortistas em idade reprodutiva que são consideradas analfabetas funcionais. Em 2000 esse percentual era de 26,3%, estando bem acima da média nacional, perdendo apenas para o Nordeste, onde era de 30,9%. Os dados revelam a necessidade de melhorias no sistema de educação nessa região para que essas desigualdades existentes possam ser reduzidas.

Gráfico 14 – TFT por anos de estudos. Norte, 1991-2000.

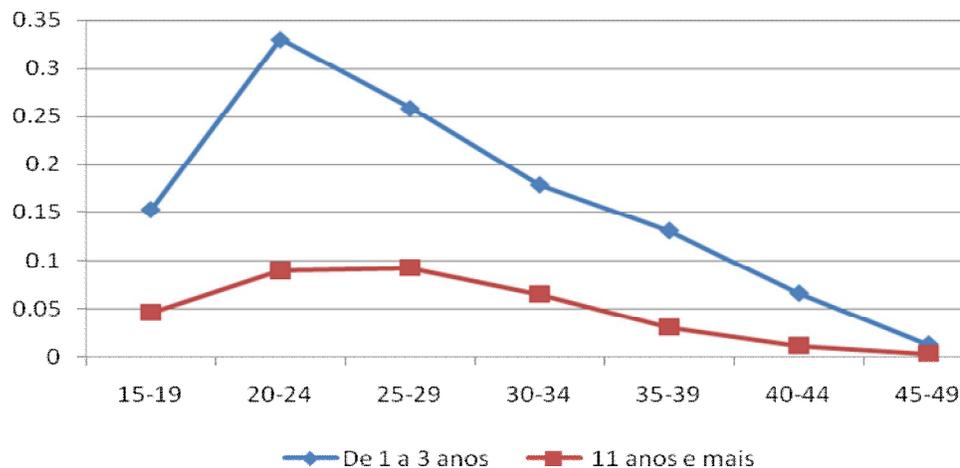


Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991-2000, IBGE.

Analisando as Taxas Específicas da Fecundidade por anos de estudo observou-se que à medida que se elevam os anos de estudo o padrão etário da fecundidade se torna mais tardio. As taxas regionais de fecundidade por idade das mulheres com 1 a 3 anos de estudo e a das

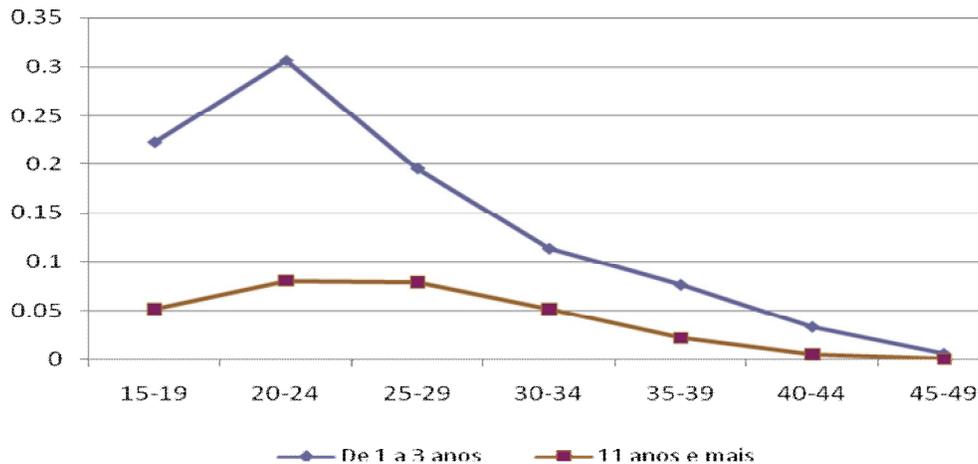
com 11 e mais anos de estudo são mostradas nos Gráficos 15 e 16, que evidenciaram significativos diferenciais nos níveis de fecundidade entre os grupos etários com maior e menor escolaridade.

Gráfico 15 – TEF das mulheres com 1 a 3 anos de estudo e com 11 e mais anos de estudo, Norte, 1991.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991, IBGE.

Gráfico 16 - TEFs das mulheres com 1 a 3 anos de estudo e com 11 e mais anos de estudo, Norte, 2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Considerando-se as mulheres com 1 a 3 anos de estudo, observa-se que em 1991 os maiores níveis de fecundidade encontravam-se entre os grupos etários de 20 a 24 e 25 a 29 anos.

Em 2000 os grupos de 15 a 19 anos passaram a apresentar níveis de fecundidade superiores aos verificados para os grupos de 25 a 29 anos, o que comprova que a ausência da escolaridade é também um dos fatores responsáveis pela gravidez na adolescência das mulheres nortistas.

Para os grupos etários com maior escolaridade, tanto em 1991 quanto em 2000 a fecundidade apresentou-se distribuída com mais regularidade durante toda a vida reprodutiva, com níveis inferiores aos verificados para as mulheres com menor escolaridade em todos os grupos de idade. Esse fenômeno pode ter sido resultado de uma maior racionalidade reprodutiva obtida pelo amplo acesso a informações e a métodos de controle da prole, advindos da elevada escolaridade das mães.

6.3.3 Emprego Feminino

Desde 1960 a participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando significativamente, intensificando-se na década de 70, com a expansão da economia e o acelerado processo de industrialização e urbanização vigente no país. Essa tendência continuou nas décadas seguintes, mesmo com a estagnação econômica no país nos anos 90, devido à abertura econômica e a terceirização da economia (HOFFMANN E LEONE, 2004).

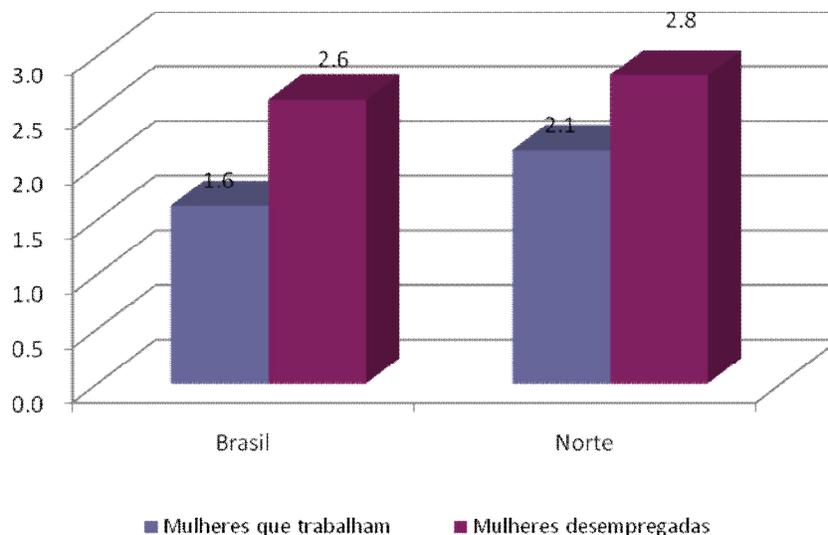
A inserção da mulher na força de trabalho foi um dos fenômenos mais marcantes que ocorreu no país nos últimos cinquenta anos, podendo ser explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais.

A entrada da mulher no mercado de trabalho tem contribuído para a redução do número de filhos tidos por elas, uma vez que elas adiam seus projetos pessoais, como a maternidade, para consolidar seus projetos profissionais. Elas passam a entrar no mercado de trabalho com níveis maiores de escolaridade e em idade adulta. Conforme Soares e Iazaki (2002), a maior escolaridade é em maior parte responsável pela elevação da participação feminina no mercado de trabalho. Isso ocorre porque quanto maior a escolaridade da mulher, maiores serão suas oportunidades de trabalho, com melhores salários, etc.

Segundo Diniz (2004) numa sociedade onde o trabalho doméstico e a criação de filhos ainda são de responsabilidade prioritária da mulher, um número menor de filhos representa uma menor carga de trabalho doméstico levando ao conseqüente aumento da disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho.

Os dados apresentados no Gráfico 17 revelam que tanto no país quanto na Região Norte a maior participação da mulher no mercado de trabalho reflete-se na redução no número de filhos tidos por elas. Em 2000, no Brasil, enquanto as mulheres desempregadas tinham em torno de 2,6 filhos, as que trabalham tinham em média um filho a menos, em torno de 1,6, estando abaixo da taxa necessária para repor a população.

Gráfico 17 – TFT das mulheres que trabalham e das desempregadas. Brasil e Norte, 2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE.

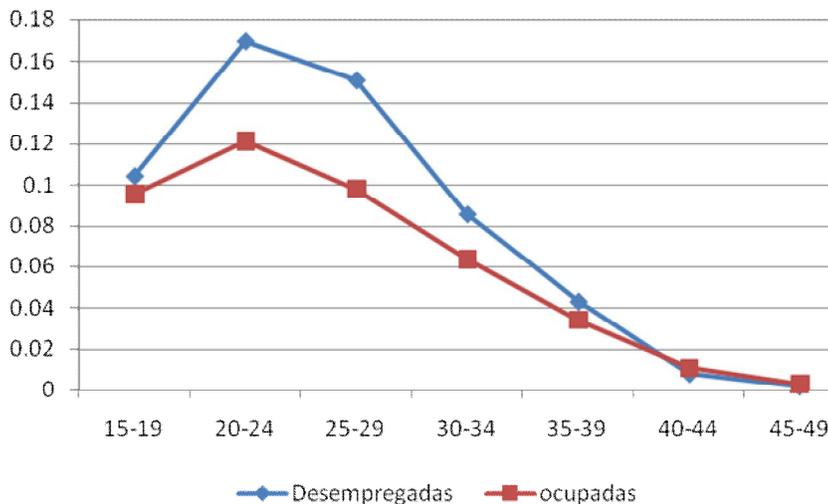
A mesma tendência é verificada na Região Norte, em que os níveis de fecundidade das mulheres desempregadas, em 2000, eram superiores ao das que trabalhavam, correspondendo a 2,8 e 2,1 filhos por mulher, respectivamente.

Esse diferencial no número de filhos entre as mulheres desempregadas e as que trabalham, verificados tanto a nível nacional quanto a nível regional, ocorre porque a sua inserção no mercado de trabalho possibilita um mais elevado controle sobre o número de filhos, já que elas passam a adquirir uma renda que lhes proporciona um maior acesso aos métodos contraceptivos. Além disso, elas passam a ter pouco tempo para se dedicar à família, pois têm que conciliar os serviços domiciliares com o trabalho fora de casa, o que resulta na redução do número de filhos tidos por elas.

O Gráfico 18 evidencia essa superioridade dos níveis de fecundidade das mulheres desempregadas em relação às que trabalham segundo os grupos de idade na região Norte em 2000. Os níveis de fecundidade são iguais para as mulheres de 15-19 anos, pois é nessa idade que normalmente as mulheres costumam entrar no mercado de trabalho, mas diferencia-se entre os grupos de idade seguintes, sendo os maiores diferenciais verificados entre as mulheres de 20 a 34 anos. Segundo Rios-Neto e Paiva (1989) é nessa idade em que intensifica a sua entrada na força de trabalho.

Nessas idades as mulheres que trabalham tendem a ter menos filhos que as que desempregadas, pois apresentam outras prioridades como padrão ideal de vida, entrando no mercado de trabalho também pra complementar a renda familiar restando assim pouco tempo para se dedicarem a família (JATOBÁ, 1989). Entretanto para as mulheres de 35 a 39 anos o diferencial reduz-se e as taxas igualam-se para aquelas com 40 a 49 anos de idade, uma vez que nessas idades as mulheres tradicionalmente têm um menor número de filhos.

Gráfico 18 – TEFs das mulheres que trabalham e das desempregadas. Norte, 2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE.

6.3.4 Raça/cor

A diversidade racial é uma das características mais marcantes da população brasileira e pode refletir no número de filhos tidos pelas mulheres. A metodologia adotada pelo IBGE divide a população nas seguintes categorias: branca, preta, parda, indígena e amarela.

Na verdade, existe muita insatisfação com estas categorias de cor, pois boa parte da população não se identifica ou não gosta de alguns destes termos e por isso os resultados encontrados são criticados. As pesquisas encontram cerca de 5% de pretos, 50% de brancos, e 45% de pardos, com uma pequena percentagem nas categorias de "amarelos" (orientais) e indígenas. Estes números, segundo alguns críticos, ocultariam o verdadeiro tamanho da população negra no Brasil. (SCHWARTZMAN, 1999)

A fecundidade da mulher branca no Brasil, até a década de 60, apresentava-se superior à da mulher preta, mudando essa situação a partir de 1980 (Bercovich, 1989). Essa tendência

permanece até os dias atuais, pois, independentemente das regiões do país, as mulheres brancas têm sempre menos filhos que as das demais categorias.

Os dados da Tabela 4 confirmam esse fenômeno, revelando a existência de diferenciais regionais dos níveis de fecundidade por cor da mulher, de modo que, se compararmos as regiões Norte e Sudeste, observa-se que em 2000 as mulheres brancas e pretas tinham em média quase a mesma proporção de filhos, sendo de 4,5 e 4,6 respectivamente.

Tabela 4 - Brasil e Grandes Regiões: Taxa de Fecundidade Total das mulheres por cor/raça, 2000.

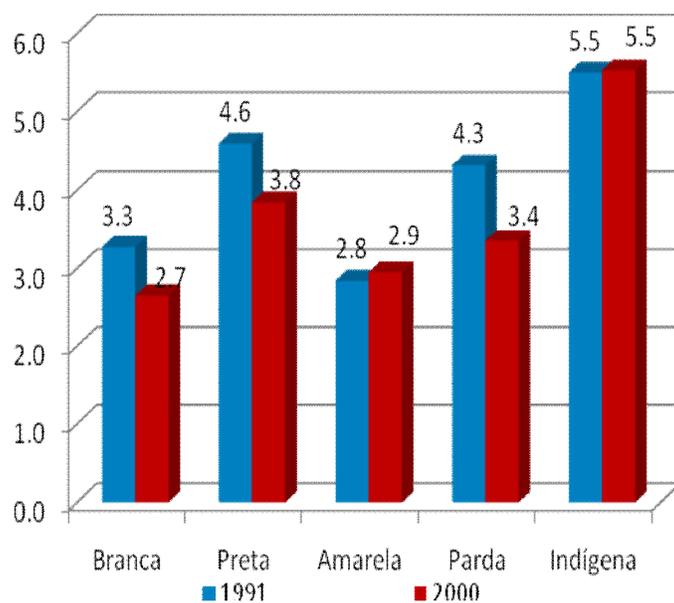
Brasil e regiões	Taxa de fecundidade por raça/cor das mulheres					
	Branças	Pretas	Pardas	Negras	Amarelas	Indígenas
Brasil	2,1	2,8	2,7	2,8	-	-
Norte	2,7	3,8	3,4	3,4	2,9	5,5
Nordeste	2,3	3,0	2,9	2,9	-	-
Sudeste	1,9	2,5	2,4	2,5	1,3	-
Sul	2,1	2,9	2,9	2,9	1,5	-
Centro-oeste	2,0	2,6	2,4	2,5	-	4,2

Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Na região Norte e Centro-Oeste as mulheres indígenas são as que apresentam os maiores níveis de fecundidade, sendo de 5,5 e 4,2 filhos, respectivamente. Já no Nordeste, Sudeste e Sul são as mulheres de cor preta que despontam com as mais elevadas taxas, sendo de 3,0, 2,5 e 2,9 filhos respectivamente. As estimativas de fecundidade para a categoria amarela só foram feitas para as regiões Sudeste, Sul e Norte e para a categoria indígena para as regiões Norte e Centro-Oeste.

É válido destacar que as mulheres nortistas em quase todas as categorias de cor apresentaram declínio nos níveis de fecundidade no período de 1991 e 2000, o Gráfico 19 revela esse fenômeno. Os maiores declínios foram verificados para as mulheres pardas, sendo de 20%, seguidas das brancas e pretas, cuja redução foi de 18% e 17% respectivamente. Apesar de tais reduções observa-se que as mulheres pretas, indígenas e pardas continuaram com níveis de fecundidade acima de 3 filhos por mulher, sendo relativamente elevados quando comparados com os das demais regiões do país. Esse fenômeno evidencia o atraso socioeconômico da Região Norte frente às outras regiões brasileiras.

Gráfico 19 – TFT segundo cor/raça das mulheres. Norte. 1991 e 2000.

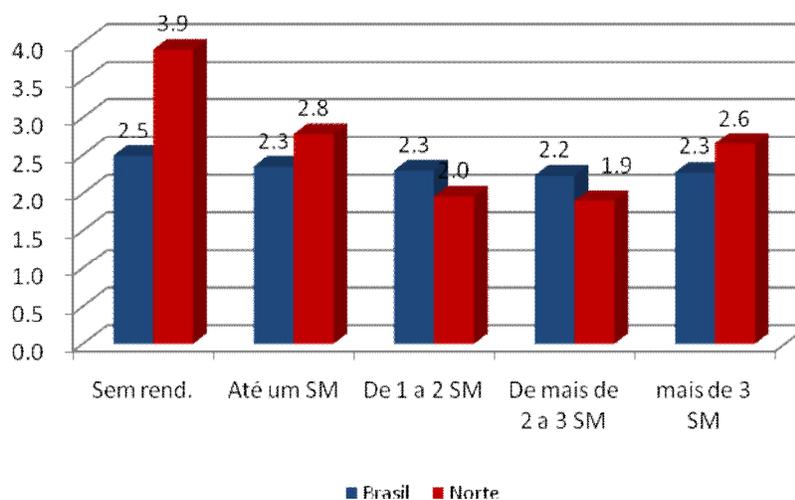


Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991-2000, IBGE.

6.3.5 Renda

A renda familiar possui relação inversa com os níveis de fecundidade, uma vez que quanto maior for o nível de renda das mulheres menos filhos elas terão. Conforme pode ser evidenciado do Gráfico 20, em 2000 as mulheres nortistas apresentaram em todas as classes de renda níveis de fecundidade superiores às do Brasil como um todo, sendo o maior diferencial verificado para as mulheres sem rendimento que tinham em média 1,4 filhos a mais que o total brasileiro.

Gráfico 20 – TFT segundo rendimento das mulheres. Brasil e Região Norte, 2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Mas, à medida que se eleva o nível de renda, reduz-se o número de filhos tidos, diminuindo também o diferencial existente entre a fecundidade nortista e a do país, de modo que para aquelas mulheres que tinham mais de três salários mínimos no Brasil os níveis

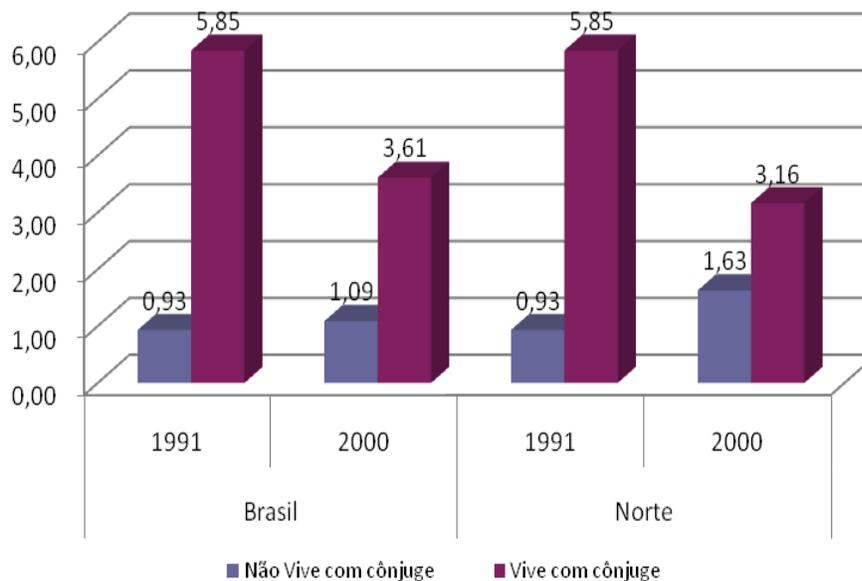
estavam abaixo do de reposição populacional (1,9), e para as nortistas estavam quase ao nível de reposição (2,2).

Esses resultados também revelam os reduzidos níveis de fecundidade do país em todas as faixas de renda, sendo em média 2,3 filhos, enquanto as mulheres nortistas sem rendimento e com até um salário mínimo apresentaram fecundidade relativamente elevada, em torno de 3,9 e 2,8 filhos. Essa situação evidencia o impacto da renda sobre os níveis de fecundidade, indicando que as taxas mais elevadas continuaram sendo observadas entre os mais pobres, enquanto as taxas mais reduzidas foram constatadas entre aquelas mulheres com rendimentos superiores.

6.3.6 Situação Conjugal

A fecundidade também costuma variar segundo a situação conjugal das mães, sendo tradicionalmente maior para as mulheres unidas do que para as não unidas. O gráfico 21 revela que tanto no conjunto do Brasil quanto na Região Norte, as mulheres unidas são as grandes responsáveis pelo número de filhos nascidos vivos, enquanto as não unidas apresentam um número muito reduzido de filhos.

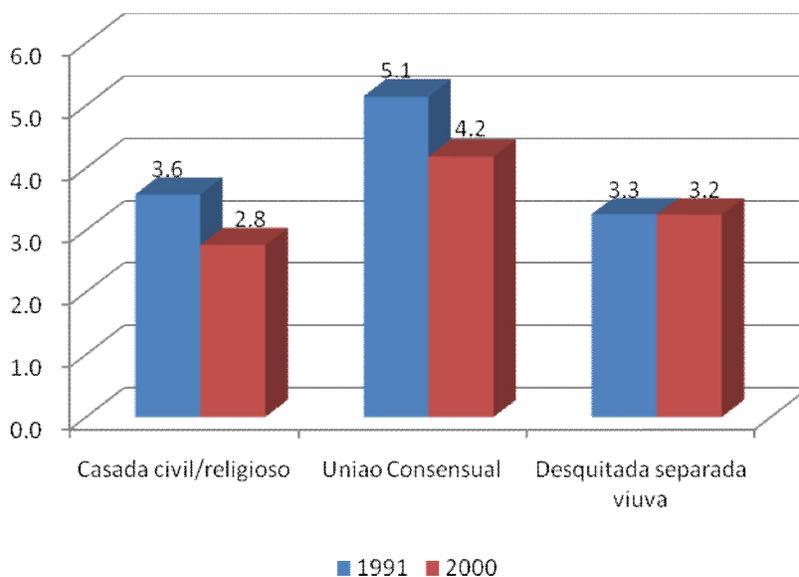
Gráfico 21 – TFT das mulheres unidas e não unidas. Brasil. 2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE.

A fecundidade diferencia-se também segundo os tipos de união conjugal. No país, tanto em 1991 quanto em 2000 as mulheres em união consensual apresentaram taxa de fecundidade maior que a das mulheres casadas no civil/religioso e também que a das desquitadas, separadas e viúvas, cujo diferencial era de mais de um filho por mulher nos dois períodos considerados (Gráfico 22).

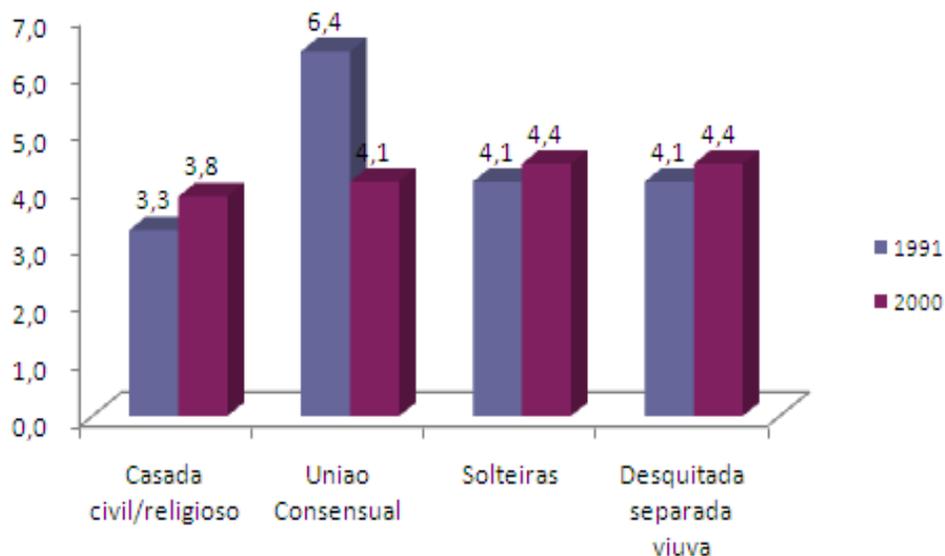
Gráfico 22 – TFT das mulheres segundo os tipos de união. Brasil. 1991-2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991-2000, IBGE.

Analisando a fecundidade segundo os tipos de união conjugal na Região Norte, observa-se que em 1991 a região seguia a mesma tendência verificada para o Brasil, onde os níveis de fecundidade das mulheres em união consensual eram superiores às das outras categorias de união. Os dados do Gráfico 23 demonstram que as mulheres em união consensual tinham em média 2 filhos a mais que as das demais categorias. Em 2000 modificou-se essa tendência de modo que independentemente do tipo de união os níveis de fecundidade eram em média de 4 filhos por mulher, o que pode estar relacionado com a tendência de declínio dos níveis de fecundidade regionais, atingindo toda a região de forma surpreendentemente rápida nas últimas décadas do século XX.

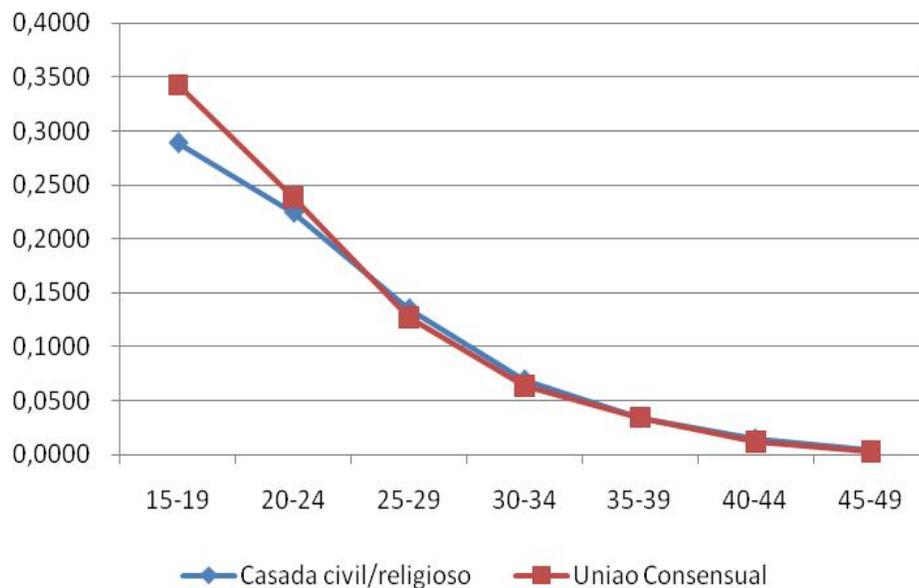
Gráfico 23 – TFT das mulheres segundo os tipos de união. Região Norte. 1991-2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991-2000, IBGE.

Considerando-se a situação conjugal segundo grupos de idade na Região Norte, observa-se no Gráfico 24 que as mulheres em união consensual tendem a ter filhos em idades mais novas que as casadas no civil e religioso, sendo o maior diferencial encontrado para as de 15-19 anos. Entretanto, à medida que aumenta a idade das mulheres as curvas igualam-se, de modo que a fecundidade das casadas e em união consensual tende a se equiparar. Esse fato pode estar relacionado com a significativa incidência de união consensual entre as mais jovens. Segundo Lazo e Moraes (2004), quanto mais jovem é a coorte de nascimento, maior o percentual de casais que vivem em união consensual e menor o percentual de casais em casamento civil e religioso.

Gráfico 24 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres casadas e em união consensual. Região Norte. 2000.



Fonte dos dados brutos: Estimativas elaboradas pela autora com base no Microdados da amostra do Censo Demográfico de 1991-2000, IBGE.

7. INTENÇÕES REPRODUTIVAS DAS MULHERES NORTISTAS

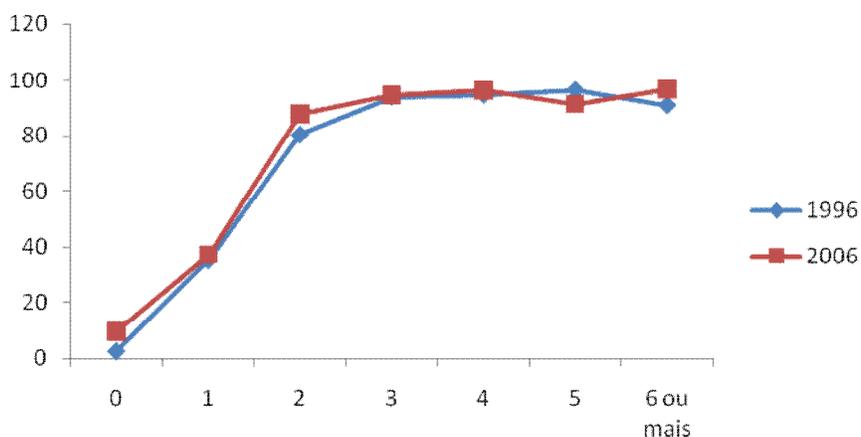
A exemplo do que tem sido observado no país, as mulheres nortistas tem modificado suas intenções reprodutivas, desejando ter cada vez mais um menor número de filhos e optando por famílias menores como o ideal.

Para uma análise mais detalhada das intenções reprodutivas das mulheres nortistas foram abordados aspectos relacionados ao desejo por mais filhos, assim como o número de filhos considerados ideal e os tidos por elas.

7.1 Desejo por mais filhos

As mulheres nortistas revelaram diminuição no desejo em ter mais filhos. No período de 1996 e 2006 essa redução foi de 6,4%, passando de um percentual de 76,5 para 71,6. Os dados do Gráfico 25 apresentam os percentuais de mulheres que não desejam ter mais filhos por número de filhos, demonstrando que a porcentagem de mulheres que não querem ter mais filhos aumenta com o tamanho da família, ou seja, quanto maior o número de filhos tidos nascidos vivos, maior o desejo dessas mulheres em não ter outros.

Gráfico 25- Percentual de mulheres que não desejam ter mais filhos segundo o número de filhos vivos



Fonte: Estimativas obtidas com base nos relatórios da PNDS (1996) e da PNDS (2006).

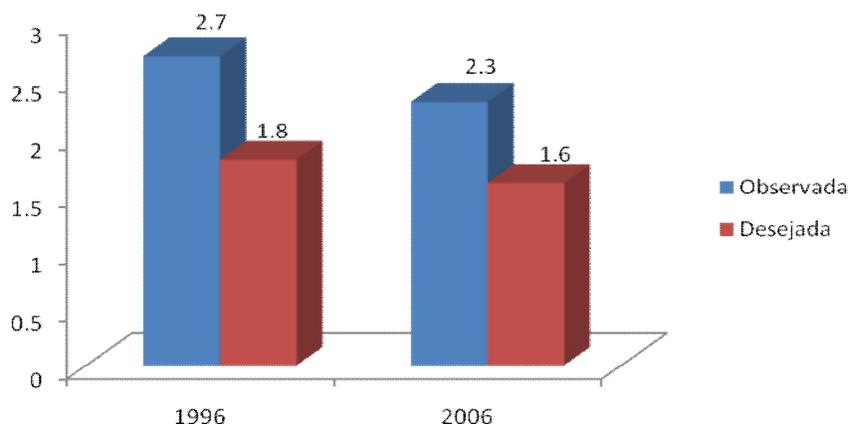
Dessa forma observa-se que em 1996 apenas 2,8% das mulheres que nunca tiveram filhos não desejavam tê-los, já em 2006 esse percentual aumentou para 9,7%. Por outro lado, para as nortistas que tinham 1 filho o percentual era em média de 36,4%, sendo de 84,2%, para as que tinham 2 filhos e de 90% para as com 3 filhos, considerando os dois períodos em estudo. Esse fato demonstra as modificações no tamanho das famílias nortistas, cujas mulheres nas décadas anteriores tinham um maior número de filhos. Um exemplo disso é fato

de que em 1980, período bem próximo do estudado, a TFT era de mais de seis filhos por mulher.

7.2 Número de filhos ideal e observado

Na Região Norte as mulheres tem optado cada vez mais por famílias menores como o padrão ideal, seguindo a mesma tendência observada no Brasil. Em 1996 o número ideal de filhos que elas desejavam ter era de 2,4 e em 2006 esse número foi para 2,2 filhos. Níveis relativamente baixos demonstram as modificações no comportamento reprodutivo das mulheres do norte que tradicionalmente eram as campeãs da alta fecundidade.

Gráfico 26 - TFT desejada e TFT observada. Norte, 1996-2006.



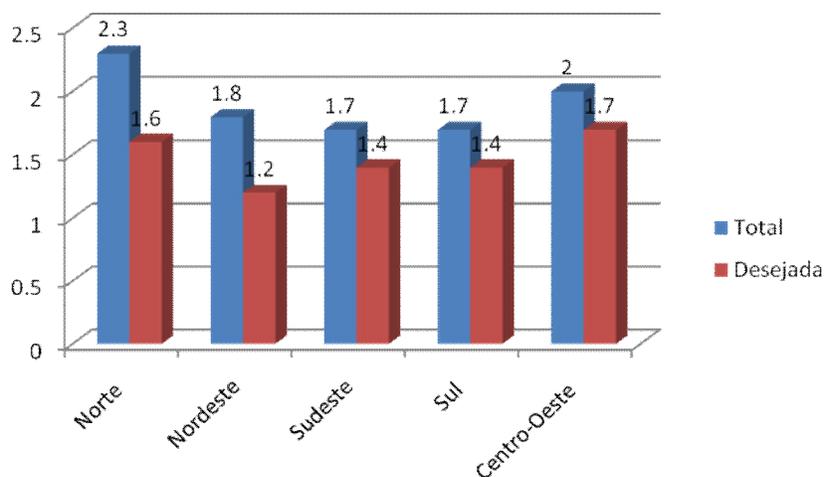
Fonte: Estimativas obtidas com base nos relatórios da PNDS (1996) e da PNDS (2006).

Comparando-se o número de filhos ideal com o atual, observa-se no Gráfico 26 que as nortistas tanto em 1996 quanto em 2006 tinham um número de filhos superior ao desejado. Em 1996 a fecundidade desejada era de 1,8, enquanto a observada era de 2,7, o que revela que as mulheres tinham normalmente quase um filho a mais que o desejado. Em 2006 houve uma

suave redução nos níveis de fecundidade, de modo que o número de filhos observados passa a ser de cerca de 2,6 filhos enquanto que o desejado passou para 1,6.

A fecundidade desejada e observada das mulheres também costuma diferenciar-se segundo as regiões em que elas vivem. Como pode ser verificado no Gráfico 27, no ano de 2006 as mulheres do Norte e do Nordeste apresentavam o maior diferencial entre as taxas de fecundidade desejadas e observadas, enquanto que nas demais regiões brasileiras os níveis eram bastantes próximos, ou seja, as mulheres estavam mais ajustadas ao número de filhos que elas desejavam como ideal. Destaca-se, portanto que independente das regiões do país o número de filhos tidos era superior ao ideal almejado por elas, sendo que esse ideal de filhos era inferior a 2 em todas as regiões do país.

Gráfico 27 - TFT desejada e TFT observada. Regiões do Brasil, 2006.

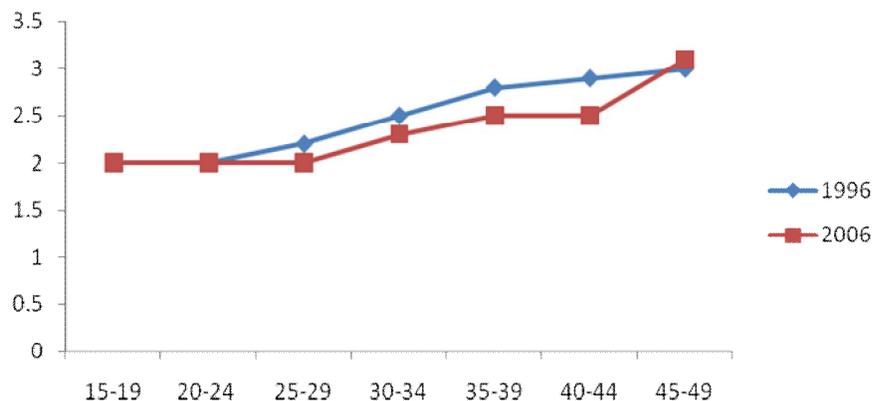


Fonte: Estimativas obtidas com base nos relatórios da PNDS (1996) e da PNDS (2006).

Quanto ao número ideal e desejado de filhos segundo grupos de idade das nortistas, o Gráfico 28 revela que no período de 1996 e 2006 as mulheres dos grupos de 40-49 anos de idade desejavam ter como ideal em média 3 filhos, enquanto que para as de 15 a 29 o ideal era ter 2 filhos. Conforme foi abordado anteriormente, a superioridade relacionada ao número ideal de filhos por parte das mulheres dos grupos etários mais velhos, diz respeito aos padrões

de fecundidade das décadas passadas que eram mais elevados. Já as mulheres dos grupos etários mais jovens são influenciadas pelos padrões de baixa fecundidade vigente no país, onde passaram a ter um maior acesso a métodos de controle da prole.

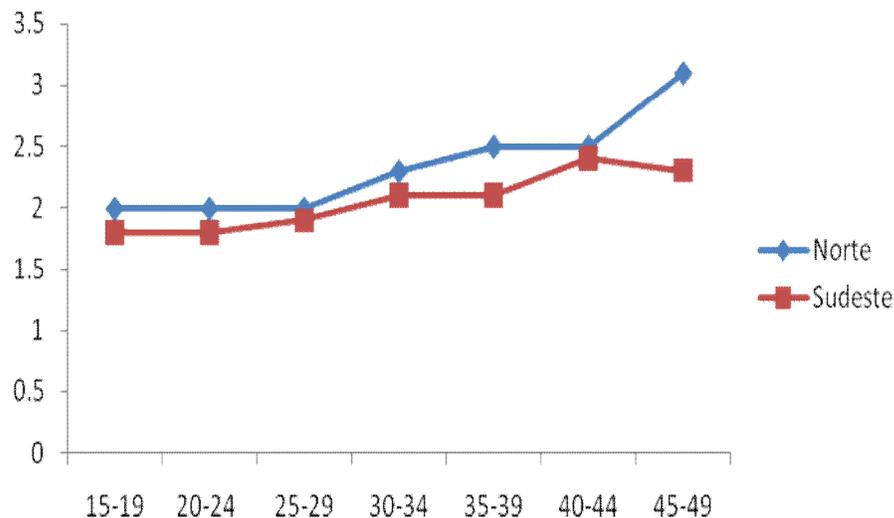
Gráfico 28 - Número médio ideal de filhos para todas as mulheres por idade. Norte, 1996-2006.



Fonte: Estimativas obtidas com base nos relatórios da PNDS (1996) e da PNDS (2006).

Ao compararmos o comportamento reprodutivo do Norte e do Sudeste do país, regiões com maior e menor fecundidade, respectivamente, verifica-se no Gráfico 29 relevante diferencial da fecundidade considerada ideal por idade das mulheres.

Gráfico 29 - Número médio ideal de filhos para todas as mulheres por idade. Norte e Sudeste 1996-2006.



Fonte: Estimativas obtidas com base nos relatórios da PNDS (1996) e da PNDS (2006).

Observa-se que o número ideal de filhos aumenta com a idade da mulher nas duas regiões, sendo que o maior diferencial encontra-se para as dos grupos de 45 a 49 anos, em torno de quase um filho. Esse fenômeno resulta das tendências de alta fecundidade que a Região Norte apresentava nas décadas passadas, enquanto no Sudeste os níveis de fecundidade eram tradicionalmente inferiores, uma vez que essa região encontrava-se entre as mais desenvolvidas e urbanizadas do país, de modo que as mulheres que lá residiam eram influenciadas pelos padrões de baixa fecundidade, resultado da assimilação de novos métodos contraceptivos de controle do número de filhos.

Já para as mulheres mais jovens (15-24 anos), os níveis estavam eram muito próximos nas duas regiões, estando em torno de 2 filhos. Conforme foi abordado anteriormente, essa baixa fecundidade persistente entre as mulheres mais jovens resulta dos novos padrões reprodutivos vigentes no país, cuja fecundidade encontra-se em níveis abaixo do necessário para repor a população.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A semelhança do que tem ocorrido em todo o país a fecundidade na Região Norte vem apresentado tendência declinante, com níveis muito próximos aos da taxa necessária para repor a população. Porém seu comportamento ocorre de maneira diferenciada entre os diferentes espaços e categorias socioeconômicas do Norte.

Dessa forma, constatamos que o local de moradia constitui um indicador sensível das condições sociais da região, sendo a fecundidade elevada nos municípios e estados mais desfavorecidos social e economicamente do que nos demais. Todas as capitais da região apresentaram fecundidade relativamente inferior à dos demais municípios que compõem os seus respectivos estados, esse fenômeno guarda estreita relação com a modernização e industrialização vigente nessas capitais que resultam em novos padrões reprodutivas entre as mulheres que lá residem.

O estudo também procurou mostrar como as variáveis condição de domicílio, anos de estudo, renda, cor, trabalho feminino e situação conjugal influenciam a fecundidade da mulher nortista. Assim verificou-se que as variáveis relacionadas à escolaridade, o rendimento, e a participação da mulher no mercado de trabalho tendem a possuir relação inversa com o nível de fecundidade, pois quanto maior elas forem menor será a fecundidade.

A escolaridade costuma ser apontada como a variável mais importante na determinação da fecundidade, já que é em maior parte responsável pela elevação da participação feminina no mercado de trabalho, pois um maior nível de escolaridade possibilita melhores ofertas de emprego, com melhores salários. Também constatou-se que à medida que se elevam os anos de estudo das mulheres o padrão etário da fecundidade se torna mais tardio, dessa forma as mulheres nortistas com apenas 1 a 3 anos de estudo tem tido filhos em idade mais jovens (15-19 e 20-24) do que as com maior escolaridade, que normalmente tem um têm

um padrão de fecundidade mais distribuído durante toda a sua vida reprodutiva. O que demonstra que a ausência da escolaridade é também um dos fatores responsáveis pela gravidez na adolescência das mulheres nortistas.

Em relação à variável cor, constatou-se que as mulheres nortistas que se declararam brancas apresentaram um número de filhos inferior ao das demais categorias de cor. Entretanto observou-se que as diferenças da fecundidade não são determinadas somente pela cor das mulheres, mas pela interação com outros fatores como a região onde vivem, sendo a fecundidade mais baixa nas regiões mais desenvolvidas, e mais elevada nas regiões menos desenvolvidas independente da cor/raça da mulher. Assim, comparando a fecundidade das mulheres brancas do Norte e das pretas do Sudeste em 2000, observou-se que em ambas as regiões as mulheres tem em média quase a mesma proporção de filhos.

Quanto a condição de domicílio, verificou-se que as áreas urbanas principiam o declínio da fecundidade, sendo as áreas rurais as que despontam com as maiores taxas em toda a Região Norte. E em relação a situação conjugal observou-se que as mulheres em união consensual são as que apresentam as maiores taxas de fecundidade e tem em médias filhos em idades mais jovens.

Por fim, constatou-se com a análise das intenções reprodutivas das mulheres Nortistas modificações no desejo em ter filhos e no tamanho de família considerado ideal por elas. Observou-se que as mulheres nortistas desejam cada vez mais ter um menor número de filhos e optam por famílias menores como o ideal em contraste com o que ocorria nas décadas passadas em que elas eram as campeãs da alta fecundidade no país, com níveis relativamente elevados.

Outro fenômeno observado quanto às intenções reprodutivas foram as diferenças entre os grupos etários no que se refere ao número de filhos ideal para elas. Observou-se que as mulheres dos grupos etários mais velhos consideram como ideal um número de filhos

superior à daquelas dos grupos mais jovens. Esse fenômeno pode está relacionado com os padrões de fecundidade das décadas passadas, mais elevados. Já as mulheres dos grupos etários mais jovens são influenciadas pelos padrões de baixa fecundidade que persistem atualmente.

A perspectiva para os próximos anos é que a fecundidade na Região Norte continue sua tendência de declínio em todos os seus estados, municípios e estratos sociais. Como já foi abordado no texto, a redução da fecundidade modifica a demanda por escolas, creches, saúde, acesso à previdência e outros benefícios sociais. Portanto a compreensão dessa estrutura demográfica é de grande importância, pois é necessário que se identifique essas populações que serão objeto de políticas públicas para que possam ser atendidas as demandas sociais de forma eficaz, possibilitando uma melhor qualidade de vida para a população como um todo.

9. REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. Transições da fecundidade e relações de gênero no Brasil. 1994. 298f. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.
- BECKER, B.; EGLER, C. Brazil: a new regional power. In: *The world economy*. Cambridge University Press, 1992.
- BERQUÓ, E. *et. al.* Um estudo das variáveis intermediárias e dos diferenciais sócio-econômicos da fecundidade. Série São Paulo 80, v. 1, São Paulo: Fundação SEADE, 1985.124 p.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 4, p.411-37.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14. 2004, Caxambu. Campinas: ABEP, 2004.
- BERCOVICH, A. M. Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*. V.6, n.1, p.61-87, 1989.
- BONGAARTS, J. "The fertility inhibiting effects of the intermediate fertility variables". Paper prepared for the IUSSP and WFS Seminar on the Maternity Histories. London, aprii, 1980.
- BRASIL, M; SANTOS, C; TEIXEIRA, P. A população da Amazônia (1940 a 2000). In: Mendes, A. D. (org.). *Amazônia, Terra e Civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2a. ed.rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004.
- BRASIL, M. C.; MOURA, H. A. Tendências da fecundidade no Estado do Amazonas. *Cadernos de Estudos Sociais, Recife*, 17(1): 51-70, jan/jun, 2001.

- BRASS, W. 1968. "The demography of Tropical Africa. Princeton University Press".
- CARVALHO, J.; WONG, L.. La transición de La fecundidad em el Brasil. Causas y consecuencias, Seminar on Fertility Transition in Latin America, IUSSP, Buenos Aires, 37p. , 1990.
- EASTERLIN, R. "An Economic framework for fertility analysis". Studies in family planning, 1975. N. 5;54-63.
- FRANÇA, M. A cidade como palco da diversidade demográfica: O caso da cidade de Natal. Natal: ABEP, p.1-13, 2001. Disponível em < www.abep.nepo.unicampi.br/iussp_2001/cd/GT_Rep_Hum_Mardone_Text.pdf > acessado em: 02 de novembro de 2006.
- FRIAS, M.; CARVALHO, J. Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903. Uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. Anais do IX Encontro Associação de Estudos populacionais. ABEP, Caxambu, 1994.
- FONSECA SOBRINHO, D. Estado e População: uma História do Planejamento Familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Desenvolvimento Humano em Manaus: Atlas Municipal. Belo Horizonte, 2006.
- GODINHO, R.; YAZAKI, L. Comportamento da fecundidade segundo diferenciais sócio-econômicos e a anticoncepção no estado de São Paulo. Anais do VII Encontro de Estudos Populacionais. Brasília, v.1, p.137-164, 1992.
- HOBSBAWM, E. A Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991). Companhia das Letras: São Paulo, 1994.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil. Nova Economia, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.35-58, 2004.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1970 - 2000.
- JATOBÁ, J. Participação na força de trabalho e ciclo econômico, Brasil: 1975-1986. Aspectos teóricos e metodológicos. IPEA/INPES. Texto para discussão. Rio de Janeiro, 1989.
- LEÃO, E. A. Uma análise da fecundidade no Brasil. Uberlândia: UFU, 2005, p.1-26. Disponível em: <www.pet.ie.ufu.br/paper_2005.doc> acesso em: 24 de outubro de 2006.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília, IPEA, 1994 (Texto para Discussão, 329).
- MARTINE, G., CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. v. 1, n. 1 / 2, jan./dez., Campinas, 1984.
- MARTINE, G. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização do Brasil. Encontro Nacional de Estudos populacionais. Anais. Campos do Jordão: ABEP, 1978.
- NASCIMENTO, R; WONG, L. Evolução da fecundidade na Região Norte do Brasil. Cadernos de Estudos Sociais. Recife. v. 12, no. 2, jul./dez. p 315-340, 1996.
- NOTESTEIN, F.N. Economic problems of population change. Proceedings of the eighth international conference of agricultural economists. p. 13-31, 1953.
- OLIVEIRA, L.A.P. Expansão da fronteira, migração e reprodução urbana: O caso do acre. 1980. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A06.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2010.
- PACHECO, C.; PATARRA, N. (Org.). Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil. Campinas: UNICAMP-IE, 2000.
- PEREIRA, F. Níveis, tendências da distribuição espacial e determinantes socioeconômicos da fecundidade na Região Norte. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amazonas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas.

- PNDS, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Ministério da Saúde, Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/banco_dados.php. Acesso em: 19 de dezembro de 2008.
- RIOS-NETO, E; PAIVA, P.; Plano demográfico brasileiro e a previdência social. Cedeplar/UFMG; 1989. Relatório de Pesquisa.
- RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica. Revista brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v. 22, n. 2. p. 371-408 jul./dez, 2007.
- SANTOS, J.; LEVY, M.; SZMRECSANYI, T (org.). Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- SAWYER, D. Fecundidade e mortalidade na Amazônia: Nota sobre as estimativas e interpretações. Anais do II Encontro de Estudos Populacionais. Águas São Pedro, 1980, v.1, p. 113-186.
- SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, p. 83-96. 1999.
- SIMÕES, C. A transição da fecundidade no Brasil: Análises de seus determinantes e as novas questões demográficas. 1 ed. São Paulo: Arbeit Factory, 2006.
- SILVA, R. Intenções reprodutivas e prevalência contraceptiva: a mediação do aborto provocado. Anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais. Volume 2, 1992. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V02A05.pdf>. Acesso em 22 de março de 2010.
- SIMÕES, C. A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. 1, ed., São Paulo: Arbeit Factory, 2006.
- SOARES, S; IZAKI, R. Participação Feminina no Mercado de Trabalho. Texto para discussão 923. Rio de Janeiro: IPEA. p. 441-478, 2002.

WONG, L. A Transição da fecundidade no Norte e no Nordeste do país. (reproduzido de SANTOS, T. (org.) Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. p. 107-138. (Cursos e conferências, 70)

ANEXOS

Anexo 1 - Taxa de Fecundidade Total segundo Microrregiões. Região Norte . 1991 e 2000.

Microrregião	1991	2000
ESTADO DE RONDONIA	3,5	2,8
1. Porto Velho	3,1	2,7
2. Guajará-Mirim	3,8	3,2
3. Ariquemes	3,7	2,8
4. Ji-Paraná	3,3	2,5
5. Alvorada d' oeste	4,2	3,0
6. Cacoal	3,7	2,6
7. Vilhena	3,3	2,4
8. Coroado do Oeste	3,5	2,5
ESTADO DO ACRE	4,9	3,4
9. Cruzeiro do Sul	7,1	4,5
10. Tarauacá	6,9	4,6
11. Sena Madureira	4,8	5,7
12. Rio Branco	4,1	2,9
ESTADO DO AMAZONAS	4,5	3,4
23. Parintins	6,7	5,3
24. Boca do Acre	5,4	4,3
25. Purus	6,7	5,1
26. Madeira	6,0	4,5
ESTADO DE RORAIMA	4,0	3,2
27. Boa Vista	3,4	2,9
28. Nordeste de Roraima	4,4	4,3
29. Caracaraí	4,2	4,2
30. Sudeste de Roraima	6,1	3,6
ESTADO DO PARÁ	4,3	3,2
31. Óbidos	5,9	4,4
32. Santarém	4,7	3,6
33. Almerim	5,5	3,9
34. Portel	7,6	6,5
35. Furos de Breve	6,8	6,2
36. Arari	5,1	3,6
37. Belém	2,5	2,1
38. Castanhal	3,7	2,8
39. Salgado	5,3	3,6
40. Bragantina	5,2	3,3
41. Cametá	6,0	4,1
42. Tomé-Açú	6,2	4,0
43. Guamá	6,5	4,4
44. Itaituba	4,6	3,2
45. Altamira	5,2	3,3
46. Tucuruí	4,5	3,3

47. Paragominas	4,3	2,9
48. São Felix do Xingu	4,1	3,4
49. Parauapebas	4,4	3,1
50. Marabá	4,3	3,3
51. Rendenção	3,7	3,1
52. Conceição do Araguaia	3,6	3,1
ESTADO DO AMAPÁ	4,7	3,6
53. Oiapoque	5,7	5,0
54. Amapá	8,7	6,8
55. Macapá	4,2	3,3
56. Mazagão	5,8	4,4
ESTADO DE TOCANTINS	4,0	3,0
57. Bico do papagaio	4,9	3,7
58. Araguaína	3,3	2,7
59. Miracema do Tocantins	3,4	2,8
60. Rio Formoso	3,3	2,5
61. Gurupi	3,0	2,2
62. Porto Nacional	3,8	2,6
63. Jalapão	5,2	4,2
64. Dianópolis	5,1	3,3

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico de 1991 e 2000, estimativas elaboradas pela autora.

Anexo 2 - Lista das microrregião e seus respectivos municípios. Região Norte.

Microrregião	Município
Cruzeiro do Sul (Acre)	Cruzeiro do Sul (AC) Marechal Thaumaturgo (AC) Mâncio Lima (AC) Porto Walter (AC) Rodrigues Alves (AC)
Rio Branco (Acre)	Acrelândia (AC) Bujari (AC) Capixaba (AC) Plácido de Castro (AC) Porto Acre (AC) Rio Branco (AC) Senador Guiomard (AC)
Sena Madureira (Acre)	Manoel Urbano (AC) Santa Rosa do Purus (AC) Sena Madureira (AC)
Tarauacá (Acre)	Feijó (AC) Jordão (AC) Tarauacá (AC)
Amapá (Amapá)	Amapá (AP) Pracuúba (AP) Tartarugalzinho (AP)
Macapá (Amapá)	Cutias (AP) Ferreira Gomes (AP) Itaubal (AP) Macapá (AP) Pedra Branca do Amapari (AP) Porto Grande (AP) Santana (AP) Serra do Navio (AP)
Mazagão (Amapá)	Laranjal do Jari (AP) Mazagão (AP) Vitória do Jari (AP)
Oiapoque (Amapá)	Calçoene (AP) Oiapoque (AP)
Alto Solimões (Amazonas)	Amaturá (AM) Atalaia do Norte (AM) Benjamin Constant (AM) Fonte Boa (AM) Jutai (AM) Santo Antônio do Içá (AM) São Paulo de Olivença (AM)

	Tabatinga (AM) Tonantins (AM)
Boca do Acre (Amazonas)	Boca do Acre (AM) Pauini (AM)
Coari (Amazonas)	Anamã (AM) Anori (AM) Beruri (AM) Caapiranga (AM) Coari (AM) Codajás (AM)
Itacoatiara (Amazonas)	Itacoatiara (AM) Itapiranga (AM) Nova Olinda do Norte (AM) Silves (AM) Urucurituba (AM)
Japurá (Amazonas)	Japurá (AM) Maraã (AM)
Juruá (Amazonas)	Carauari (AM) Eirunepé (AM) Envira (AM) Guajará (AM) IPIXUNA (AM) Itamarati (AM) Juruá (AM)
Madeira (Amazonas)	Apuí (AM) Borba (AM) Humaitá (AM) Manicoré (AM) Novo Aripuanã (AM)
Manaus (Amazonas)	Autazes (AM) Careiro (AM) Careiro da Várzea (AM) Iranduba (AM) Manacapuru (AM) Manaquiri (AM) Manaus (AM) Barreirinha (AM) Boa Vista do Ramos (AM) Maués (AM) Nhamundá (AM) Parintins (AM) São Sebastião do Uatumã (AM) Urucará (AM)
Parintins (Amazonas)	Barreirinha (AM) Boa Vista do Ramos (AM) Maués (AM)

	Nhamundá (AM) Parintins (AM) São Sebastião do Uatumã (AM) Urucará (AM)
Purus (Amazonas)	
	Canutama (AM) Lábrea (AM) Tapauá (AM)
Rio Negro (Amazonas)	
	Barcelos (AM) Novo Airão (AM) Santa Isabel do Rio Negro (AM) São Gabriel da Cachoeira (AM)
Rio Preto da Eva (Amazonas)	
	Presidente Figueiredo (AM) Rio Preto da Eva (AM)
Tefé (Amazonas)	
	Alvarães (AM) Tefé (AM) Uarini (AM)
Almeirim (Pará)	
	Almeirim (PA) Porto de Moz (PA)
Altamira (Pará)	
	Altamira (PA) Anapu (PA) Brasil Novo (PA) Medicilândia (PA) Pacajá (PA) Senador José Porfírio (PA) Uruará (PA) Vitória do Xingu (PA)
Arari (Pará)	
	Cachoeira do Arari (PA) Chaves (PA) Muaná (PA) Ponta de Pedras (PA) Salvaterra (PA) Santa Cruz do Arari (PA) Soure (PA)
Belém (Pará)	
	Ananindeua (PA) Barcarena (PA) Belém (PA) Benevides (PA) Marituba (PA) Santa Bárbara do Pará (PA)
Bragantina (Pará)	
	Augusto Corrêa (PA) Bonito (PA) Bragança (PA) Capanema (PA) Igarapé-Açu (PA) Nova Timboteua (PA)

	Peixe-Boi (PA) Primavera (PA) Quatipuru (PA) Santa Maria do Pará (PA) Santarém Novo (PA) São Francisco do Pará (PA) Tracuateua (PA)
Cameté (Pará)	Abaetetuba (PA) Baião (PA) Cameté (PA) Igarapé-Miri (PA) Limoeiro do Ajuru (PA) Mocajuba (PA) Oeiras do Pará (PA)
Castanhal (Pará)	Bujaru (PA) Castanhal (PA) Inhangapi (PA) Santa Isabel do Pará (PA) Santo Antônio do Tauá (PA)
Conceição do Araguaia (Pará)	Conceição do Araguaia (PA) Floresta do Araguaia (PA) Santa Maria das Barreiras (PA) Santana do Araguaia (PA)
Furos de Breves (Pará)	Afuá (PA) Anajás (PA) Breves (PA) Curralinho (PA) São Sebastião da Boa Vista (PA)
Guama (Pará)	Aurora do Pará (PA) Cachoeira do Piriá (PA) Capitão Poço (PA) Garrafão do Norte (PA) Ipixuna do Pará (PA) Irituia (PA) Mãe do Rio (PA) Nova Esperança do Piriá (PA) Ourém (PA) Santa Luzia do Pará (PA) São Domingos do Capim (PA) São Miguel do Guamá (PA) Viseu (PA)
Itaituba (Pará)	Aveiro (PA) Itaituba (PA) Jacareacanga (PA) Novo Progresso (PA) Rurópolis (PA) Trairão (PA)
Marabá (Pará)	

	Brejo Grande do Araguaia (PA) Marabá (PA) Palestina do Pará (PA) São Domingos do Araguaia (PA) São João do Araguaia (PA)
Óbidos (Pará)	Faro (PA) Juruti (PA) Oriximiná (PA) Óbidos (PA) Terra Santa (PA)
Paragominas (Pará)	Abel Figueiredo (PA) Bom Jesus do Tocantins (PA) Dom Eliseu (PA) Goianésia do Pará (PA) Paragominas (PA) Rondon do Pará (PA) Ulianópolis (PA)
Parauapebas (Pará)	Água Azul do Norte (PA) Canaã dos Carajás (PA) Curionópolis (PA) Eldorado dos Carajás (PA) Parauapebas (PA)
Portel (Pará)	Bagre (PA) Gurupá (PA) Melgaço (PA) Portel (PA)
Redenção (Pará)	Pau d'Arco (PA) Piçarra (PA) Redenção (PA) Rio Maria (PA) Sapucaia (PA) São Geraldo do Araguaia (PA) Xinguara (PA)
Salgado (Pará)	Colares (PA) Curuçá (PA) Magalhães Barata (PA) Maracanã (PA) Marapanim (PA) Salinópolis (PA) São Caetano de Odivelas (PA) São João da Ponta (PA) São João de Pirabas (PA) Terra Alta (PA) Vigia (PA) Alenquer (PA) Belterra (PA) Curuá (PA) Monte Alegre (PA)

	Placas (PA)
	Prainha (PA)
	Santarém (PA)
Santarém (Pará)	
	Alenquer (PA)
	Belterra (PA)
	Curuá (PA)
	Monte Alegre (PA)
	Placas (PA)
	Prainha (PA)
	Santarém (PA)
São Félix do Xingu (Pará)	
	Bannach (PA)
	Cumarú do Norte (PA)
	Outilândia do Norte (PA)
	São Félix do Xingu (PA)
	Tucumã (PA)
Tomé-Açu (Pará)	
	Acará (PA)
	Concórdia do Pará (PA)
	Moju (PA)
	Tailândia (PA)
	Tomé-Açu (PA)
Tucuruí (Pará)	
	Breu Branco (PA)
	Itupiranga (PA)
	Jacundá (PA)
	Nova Ipixuna (PA)
	Novo Repartimento (PA)
	Tucuruí (PA)
Alvorada d'Oeste (Rondônia)	
	Alvorada d'Oeste (RO)
	Nova Brasilândia d'Oeste (RO)
	São Miguel do Guaporé (RO)
	Seringueiras (RO)
Ariquemes (Rondônia)	
	Alto Paraíso (RO)
	Ariquemes (RO)
	Cacaulândia (RO)
	Machadinho d'Oeste (RO)
	Monte Negro (RO)
	Rio Crespo (RO)
	Vale do Anari (RO)
Cacoal (Rondônia)	
	Alta Floresta d'Oeste (RO)
	Alto Alegre do Parecis (RO)
	Cacoal (RO)
	Castanheiras (RO)
	Espigão d'Oeste (RO)
	Ministro Andreazza (RO)
	Novo Horizonte do Oeste (RO)
	Rolim de Moura (RO)
	Santa Luzia d'Oeste (RO)
Colorado do Oeste (Rondônia)	

	Cabixi (RO) Cerejeiras (RO) Colorado do Oeste (RO) Corumbiara (RO) Pimenteiras do Oeste (RO)
Guajara-Mirim (Rondônia)	Costa Marques (RO) Guajará-Mirim (RO) São Francisco do Guaporé (RO)
Ji-Paraná (Rondônia)	Governador Jorge Teixeira (RO) Jaru (RO) Ji-Paraná (RO) Mirante da Serra (RO) Nova União (RO) Ouro Preto do Oeste (RO) Presidente Médici (RO) Teixeirópolis (RO) Theobroma (RO) Urupá (RO) Vale do Paraíso (RO)
Porto Velho (Rondônia)	Buritis (RO) Campo Novo de Rondônia (RO) Candeias do Jamari (RO) Cujubim (RO) Jamari (RO) Nova Mamoré (RO) Porto Velho (RO)
Vilhena (Rondônia)	Chupinguaia (RO) Parecis (RO) Pimenta Bueno (RO) Primavera de Rondônia (RO) São Felipe d'Oeste (RO) Vilhena (RO)
Boa Vista (Roraima)	Alto Alegre (RR) Amajari (RR) Boa Vista (RR) Pacaraima (RR)
Caraçaraí (Roraima)	Caracarái (RR) Iracema (RR) Mucajaí (RR)
Nordeste de Roraima (Roraima)	Bonfim (RR) Cantá (RR) Normandia (RR) Uiramutã (RR)
Sudeste de Roraima (Roraima)	Caroebe (RR) Rorainópolis (RR) São João da Baliza (RR)

Araguaína (Tocantins)	São Luiz (RR)
	Aragominas (TO)
	Araguaína (TO)
	Araguanã (TO)
	Arapoema (TO)
	Babaçulândia (TO)
	Bandeirantes do Tocantins (TO)
	Carmolândia (TO)
	Colinas do Tocantins (TO)
	Filadélfia (TO)
	Muricilândia (TO)
	Nova Olinda (TO)
	Palmeirante (TO)
	Pau d'Arco (TO)
	Piraquê (TO)
	Santa Fé do Araguaia (TO)
	Wanderlândia (TO)
	Xambioá (TO)
Bico do Papagaio (Tocantins)	Aguiarnópolis (TO)
	Ananás (TO)
	Angico (TO)
	Araguatins (TO)
	Augustinópolis (TO)
	Axixá do Tocantins (TO)
	Buriti do Tocantins (TO)
	Cachoeirinha (TO)
	Carrasco Bonito (TO)
	Darcinópolis (TO)
	Esperantina (TO)
	Itaguatins (TO)
	Luzinópolis (TO)
	Maurilândia do Tocantins (TO)
	Mosquito (TO)
	Nazaré (TO)
	Praia Norte (TO)
	Riachinho (TO)
	Sampaio (TO)
	Santa Terezinha do Tocantins (TO)
	São Bento do Tocantins (TO)
	São Miguel do Tocantins (TO)
	São Sebastião do Tocantins (TO)
	Sítio Novo do Tocantins (TO)
	Tocantinópolis (TO)
Dianópolis (Tocantins)	Almas (TO)
	Arraias (TO)
	Aurora do Tocantins (TO)
	Chapada da Natividade (TO)
	Combinado (TO)
	Conceição do Tocantins (TO)
	Dianópolis (TO)

	Lavandeira (TO)
	Natividade (TO)
	Novo Alegre (TO)
	Novo Jardim (TO)
	Paranã (TO)
	Pindorama do Tocantins (TO)
	Ponte Alta do Bom Jesus (TO)
	Porto Alegre do Tocantins (TO)
	Rio da Conceição (TO)
	Santa Rosa do Tocantins (TO)
	São Valério da Natividade (TO)
	Taguatinga (TO)
	Taipas do Tocantins (TO)
Gurupi (Tocantins)	
	Aliança do Tocantins (TO)
	Alvorada (TO)
	Brejinho de Nazaré (TO)
	Cariri do Tocantins (TO)
	Crixás do Tocantins (TO)
	Figueirópolis (TO)
	Gurupi (TO)
	Jaú do Tocantins (TO)
	Palmeirópolis (TO)
	Peixe (TO)
	Santa Rita do Tocantins (TO)
	São Salvador do Tocantins (TO)
	Sucupira (TO)
	Talismã (TO)
Jalapão (Tocantins)	
	Barra do Ouro (TO)
	Campos Lindos (TO)
	Centenário (TO)
	Goiatins (TO)
	Itacajá (TO)
	Itapiratins (TO)
	Lagoa do Tocantins (TO)
	Lizarda (TO)
	Mateiros (TO)
	Novo Acordo (TO)
	Ponte Alta do Tocantins (TO)
	Recursolândia (TO)
	Rio Sono (TO)
	Santa Tereza do Tocantins (TO)
	São Félix do Tocantins (TO)
Miracema do Tocantins (Tocantins)	
	Abreulândia (TO)
	Araguacema (TO)
	Barrolândia (TO)
	Bernardo Sayão (TO)
	Brasilândia do Tocantins (TO)
	Caseara (TO)
	Colméia (TO)
	Couto de Magalhães (TO)
	Divinópolis do Tocantins (TO)

	Dois Irmãos do Tocantins (TO)
	Fortaleza do Tabocão (TO)
	Goianorte (TO)
	Guaraí (TO)
	Itaporã do Tocantins (TO)
	Juarina (TO)
	Marianópolis do Tocantins (TO)
	Miracema do Tocantins (TO)
	Miranorte (TO)
	Monte Santo do Tocantins (TO)
	Pequizeiro (TO)
	Presidente Kennedy (TO)
	Rio dos Bois (TO)
	Tupirama (TO)
	Tupiratins (TO)
Porto Nacional (Tocantins)	
	Aparecida do Rio Negro (TO)
	Bom Jesus do Tocantins (TO)
	Ipueiras (TO)
	Lajeado (TO)
	Monte do Carmo (TO)
	Palmas (TO)
	Pedro Afonso (TO)
	Porto Nacional (TO)
	Santa Maria do Tocantins (TO)
	Silvanópolis (TO)
	Tocantínia (TO)
Rio Formoso (Tocantins)	
	Araguaçu (TO)
	Chapada de Areia (TO)
	Cristalândia (TO)
	Dueré (TO)
	Fátima (TO)
	Formoso do Araguaia (TO)
	Lagoa da Confusão (TO)
	Nova Rosalândia (TO)
	Oliveira de Fátima (TO)
	Paraíso do Tocantins (TO)
	Pium (TO)
	Pugmil (TO)
	Sandolândia (TO)

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico de 1991 e 2000, estimativas elaboradas pela autora.